



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PROCESSOS DE PROTEÇÃO E VULNERABILIDADE  
SEGUNDO JOVENS DAS CIDADES ALÉM-RIO

Regina Schneider Maciel Fernandes Marinho

MANAUS-AM  
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

REGINA SCHNEIDER MACIEL FERNANDES MARINHO

PROCESSOS DE PROTEÇÃO E VULNERABILIDADE  
SEGUNDO JOVENS DAS CIDADES ALÉM-RIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa.

Ficha Catalográfica  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Marinho, Regina Schneider Maciel Fernandes.

C287f

Processos de Proteção e Vulnerabilidade segundo Jovens das Cidades Além-Rio. Manaus: UFAM, 2012.

91 f.; s/il.

Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa.

1. Jovens 2. Vulnerabilidade 3. Proteção  
I. Costa, Cláudia II. Universidade Federal do Amazonas  
III. Título

CDD 372(811.4)(043.3)

REGINA SCHNEIDER MACIEL FERNANDES MARINHO

PROCESSOS DE PROTEÇÃO E VULNERABILIDADE  
SEGUNDO JOVENS DAS CIDADES ALÉM-RIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa.

Manaus, 11 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Veriana de Fátima Rodrigues Colaço – Membro  
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva – Membro  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

## DEDICATÓRIA

*Para minha filha Leticia,  
Por me preencher diariamente com seu amor  
e me mostrar através da complexidade  
de um sorriso, de um olhar e de um afago o  
potencial protetivo das relações de cuidado e  
afeto.*

*Aos jovens atores do interior do Amazonas  
Por admiravelmente construir pontes  
resilientes em meio a um gigantesco rio de  
vulnerabilidades.*

## *AGRADECIMENTOS*

*Agradeço inicialmente a Deus por ter me abençoado com a perseverança e paciência necessária para continuar esse projeto em meio a tantas outras preciosas escolhas que atravessaram meu caminho.*

*Aos jovens que me acolheram espontaneamente e a mim confiaram relatar parte de sua trajetória de vida.*

*À minha Leticia: filha amada e maior escolha de vida.*

*Ao meu marido Sérgio pelo companheirismo cotidiano.*

*Às minhas amigas Juliana Bezerril e Raquel Floriano pela amizade incondicional e contribuições na reta final desse trabalho.*

*À minha orientadora, Cláudia Sampaio, cuja tese de doutorado se tornou o fio condutor desse trabalho.*

*Aos demais professores, colegas e técnicos do programa de pós-graduação.*

*Ao meu amigo de trajeto de mestrado Herbert, pelas elucubrações, risos e compartilhamento de angústias nessa caminhada.*

*Aos profissionais do SGD cujo apoio e informações foram determinantes para a realização dessa pesquisa e principalmente àqueles que lutam e trabalham diariamente em busca de proteção aos adolescentes.*

*À professora Reni Formiga, pela compreensão e generosidade nas liberações para execução dessa pesquisa.*

*Muito Obrigada!*

*A Estrada*  
*Cidade Negra*

*Você não sabe o quanto eu caminhei  
Pra chegar até aqui  
Percorri milhas e milhas antes de dormir  
Eu não cochilei  
Os mais belos montes escalei  
Nas noites escuras de frio chorei, ei, ei  
ei ei ei...uu..*

*A Vida ensina e o tempo traz o tom  
Pra nascer uma canção*

*Com a fé no dia-a-dia  
Encontro a solução  
encontro a solução*

*Quando bate a saudade  
Eu vou pro mar  
Fecho os meus olhos  
e sinto Você chegar, você  
chegar.....*

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo conhecer os processos de proteção contra o envolvimento com o ato infracional segundo jovens que estiveram em conflito com a lei, residentes em dois municípios da região metropolitana de Manaus. O referencial teórico adotado alinha-se às chamadas epistemologias pós-modernas, compreendendo os conceitos de proteção, vulnerabilidade e resiliência a partir da abordagem sócio-histórica da Psicologia e do paradigma da complexidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente e seu Paradigma da Proteção Integral estabelecem o marco legal desse trabalho. O aumento da demanda para atendimento de jovens destas localidades em programas de intervenção e a necessidade de ampliar e aprofundar as discussões enfocando sujeitos de outras localidades do estado do Amazonas que vivenciam processos ligados a situações de violência, infrações e medidas socioeducativas, justificaram a realização da pesquisa. A mesma teve como diretriz uma abordagem qualitativa, por favorecer uma aproximação com o fenômeno em consonância com perspectiva teórico-epistemológica adotada. Os municípios pesquisados localizam-se a oeste da capital do estado, tendo como principal ligação a Ponte sob o Rio Negro. Os jovens participantes são de ambos os sexos, têm idade entre 15 e 22 anos, residem com suas famílias nos municípios e vivenciaram situações de conflito com a lei netas localidades. A coleta de dados foi feita através de entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Utilizou-se estratégias da *Grounded Theory* ou Teoria Fundamentada a partir do método de Análise de Conteúdo para a interpretação dos dados, possibilitando a categorização e organização do conteúdo e geração de hipóteses como produto final oriundo dos dados colhidos a partir das falas dos jovens. Os resultados encontrados apontam para oito categorias promotoras de vulnerabilidade: amizades erráticas; uso de álcool e drogas; dificuldades escolares; relações conflituosas; migração; precariedade do sistema de garantias de direito e infraestrutura; desemprego e subemprego e disposição psíquica e cinco facilitadoras da proteção: relações afetivas baseadas em aconselhamento e cuidado; autonomia e independência; melhoria do Sistema de Garantia de Direitos; emprego e escola que se vinculam a um projeto de vida e a prática do esporte. Concluiu-se que a compreensão dos processos protetivos implica em entender a vulnerabilidade como face indissociável destes, e que os sentidos de proteção atribuídos pelos jovens refletem maciçamente a realidade do seu meio e concretude das relações que ali se formam.

**Palavras-chave:** Jovens. Vulnerabilidade. Proteção.



## ABSTRACT

This study aimed to know the processes of protection from involvement with the Act according to young people who have been in conflict with the law, living in two municipalities of the metropolitan region of Manaus. The theoretical framework adopted aligns the so-called postmodern epistemologies, understanding the concepts of protection, vulnerability and resilience from the socio-historical approach of psychology and the paradigm of complexity. The Statute of the child and adolescent and its paradigm of Integral Protection stipulate the legal framework of this work. The increase in demand for young people of these localities in intervention programmes and the need to broaden and deepen the discussions focusing on subjects of other locations in the State of Amazonas that experience processes linked to situations of violence, violations and socio-educational measures, justified the search. The same guideline as a qualitative approach, by favouring an approach with the phenomenon in line with theoretical and epistemological perspective. The municipalities surveyed are located to the West of the State capital, having as main connection the bridge under the Rio Negro. The young participants are of both sexes between the ages of 15 and 22 have years, reside with their families in the cities and have experienced conflict situations with granddaughters locales. Data collection was done through semi-structured interviews and documentary analysis. The strategies was Grounded Theory or theory Based from the method of content Analysis to and interpretation of data, enabling the categorization and organization of content and generation of hypotheses as final product from the data collected from the speeches of the young. The results point to eight categories of vulnerability: promoting friendships erratic; use of alcohol and drugs; school difficulties; conflicting relations; migration; precariousness of law guarantees system and infrastructure; unemployment and underemployment and psychic disposition and five facilitators: affective relationships based in counseling and care; autonomy and independence; improving the system of Guarantee of rights; employment and school that link to a project of life and the practice of the sport. It was concluded that the understanding of protective processes implies understanding the vulnerability as inseparable, and that face the senses of protection assigned by young people reflect the reality of their environment massively and concreteness of relations that are formed.

Keywords: Youth. Vulnerability. Protection.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS-LEGAIS</b> .....	18
1.1 Olhares sobre a adolescência.....	18
1.2 Processos de Proteção e Vulnerabilidade rumo a resiliência.....	23
1.3 Perspectiva legal da adolescência e do ato infracional.....	29
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	34
2.1 Local de pesquisa.....	36
2.2 Participantes.....	38
2.2.1 Jovens da Cidade “Abacaba”.....	40
2.2.2 Jovens da Cidade “dos Oncinhas”.....	41
2.3 Técnicas e procedimentos para coleta de dados.....	42
2.3.1 Técnica de análise documental.....	42
2.3.2 Técnica de entrevista.....	43
2.4 Método do tratamento dos dados.....	44
2.5 Aspectos éticos.....	47
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	50
3.1 Descrevendo o contexto da pesquisa: As cidades além-rio.....	50
3.1.1 Cidade “Abacaba”.....	50
3.1.2 Cidade dos “Oncinhas”.....	52
3.2 O contexto de Proteção e Vulnerabilidade dos jovens das cidades além-rio.....	54
3.2.1A Vulnerabilidade para os Jovens das Cidades Além-Rio.....	55
3.2.2 A Proteção para os Jovens das Cidades-Além.....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
<b>ANEXOS</b> .....	85

## INTRODUÇÃO

A ligação entre violência e juventude tem sido tema de estudo recorrente em diversas áreas científicas, sobretudo nas ciências sociais. Contudo, apesar do expressivo número de pesquisas sociais, o tema ainda comporta desafios que vão da produção e ampliação do conhecimento acerca do fenômeno até a reflexão de estratégias de enfrentamento mais eficazes.

A autoria de atos infracionais por adolescentes é fenômeno caracteristicamente complexo, multideterminado e amplo. Em face das graves consequências que envolve, vem gradativamente recebendo maior atenção da sociedade e comunidade científica, especialmente no que concerne às perspectivas para se prevenir o envolvimento ou reincidência com esses atos, assim como aquelas voltadas para a compreensão dos potenciais de risco às infrações.

Dentre as consequências sociais, destaca-se o aumento da exclusão dos jovens, a continuidade de envolvimento com a criminalidade e o rechaço da sociedade às leis e políticas protetivas destinadas a esses atores sociais. Como exemplo dessas consequências, postula-se no âmbito legal, dispositivos para subsidiar políticas públicas de redução da violência através de projetos como o da Emenda Constitucional que discute a redução da maioria penal<sup>1</sup>. Esse projeto parece desconsiderar a multifatorialidade da violência demonstrada em pesquisas na área e ressurgiu como promessa de resposta política imediatista aos casos divulgados pela mídia com grande repercussão na sociedade. São agravos que repercutem e afetam a sociedade como um todo, envolvendo múltiplos aspectos e que, portanto, não são aceitas respostas simplistas.

A partir do entendimento da complexidade e multifatorialidade do fenômeno, a pesquisa que resultou no presente trabalho buscou focar os sentidos de proteção possíveis identificados por jovens autores de atos infracionais em localidades específicas, trazendo

---

<sup>1</sup> PEC 20/99 tramita em conjunto com as PECs 3/2001, 26/2002, 90/2003 e 9/2004, que tratam do mesmo assunto.

também como veem sua vulnerabilidade. Apesar de muitas vezes citados separadamente, proteção e vulnerabilidade são dois processos fluidos e imbricados, os quais não devem ser olhados de forma fragmentada. Contudo, o eixo central dessa pesquisa considerará de modo prioritário compreender os processos de proteção ao ato infracional na perspectiva dos próprios jovens atores desta realidade. Centrar-se nos processos protetivos deve-se, além da limitação de tempo de pesquisa que um trabalho dessa natureza implica, à opção particular de destacar a potencialidade face à adversidade como nas questões de violência, a exemplo dos pressupostos da Psicologia Positiva.

Para uma reflexão inicial, a apresentação de alguns dados oficiais sobre os atos infracionais e as medidas socioeducativas se mostra relevante. Nesse sentido, dados da pesquisa nacional *Política de Atendimento aos Adolescentes em Conflito com a Lei*, divulgada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), aponta que entre os anos de 1996 e 2006<sup>2</sup> o número de adolescentes em todo Brasil que cumpriam medidas sócio-educativas aumentou 363%. Em números absolutos, significava 34.870 adolescentes autores de atos infracionais cumprindo algum tipo de medida socioeducativa em todo o país. Desse universo de adolescentes em conflito com a lei, era possível dividi-los conforme o tipo de regime cumprido: meio aberto, meio fechado e semiliberdade. O meio aberto, que inclui Prestação de Serviços Comunitários (PSC) e Liberdade Assistida (LA) totalizou 55% do total, ou 19.444 adolescentes. Entretanto, nesse regime, consideraram-se apenas os adolescentes que as cumprem nas capitais brasileiras.

No estado do Amazonas, de acordo com o *Levantamento Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei* realizado pela SPDCA/SEDH/PR (Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ Presidência da República) correspondente ao ano de 2008, havia no estado noventa (90) adolescentes cumprindo regime de meio fechado e semiliberdade, sendo estas cumpridas exclusivamente na capital do Estado posto não existirem unidades de internação adequadas para atender esses adolescentes fora de Manaus.

Ao se falar das medidas em regime aberto no Amazonas, os dados oficiais não ultrapassavam as executadas na capital. Assim, informações mais recentes fornecidas através de relatórios impressos concedidos em abril de 2011 pela GEASE (Gerência de Atendimento Socioeducativo), a qual é responsável por todas as ações e informações referentes ao sistema socioeducativo do Estado do Amazonas e subordinada a Secretaria Estadual de Assistência

---

<sup>2</sup> Dados acessados em 14/06/2011 em <http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca/sinase>, constando como últimos dados fornecido pela SPDCA/SEDH/PR.

Social/ SEAS, apontam que entre os meses de janeiro a dezembro de 2009 havia 1.051 adolescentes cumprindo as medidas de PSC e LA na cidade de Manaus e, no ano de 2010, esse total chegou há 1.202, indicando aumento no número de adolescentes em cumprimento das duas medidas.

Apesar da ausência de dados oficiais sobre outras localidades do Estado, sabe-se, devido experiências de trabalho da presente pesquisadora em municípios do interior do Amazonas, da ocorrência de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto. Tal fato foi constatado através de observações empíricas e/ou da constatação da presença de adolescentes residentes de dois municípios dois municípios da região metropolitana de Manaus que, após cumprirem medida de internação na capital, voltariam para sua comunidade de origem para cumprir medida em meio aberto.

Voltar o olhar para compreensão do fenômeno nestas cidades pode representar além da ampliação do conhecimento sobre o fenômeno, benefícios como a possibilidade de organização inicial desses dados, contribuindo para a sistematização e trabalho das entidades envolvidas.

A delimitação do tema, a visualização de algumas de suas graves implicações sociais e a apresentação de dados oficiais leva a traçar com maior precisão a questão norteadora desse trabalho. Assim a problemática da pesquisa, pode ser descrita da seguinte forma: “*Qual o potencial protetivo contra envolvimento com a infração, segundo jovens que cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto em duas cidades da região metropolitana de Manaus?*”. Tal questão surgiu como problema de pesquisa a partir das motivações pessoais, profissionais e científicas que se seguem.

Durante o período de mais dois anos e meio a presente pesquisadora teve a oportunidade trabalhar como psicóloga na Secretaria de Assistência Social de um município da região metropolitana de Manaus. Dentre as atividades de trabalho, o foco estava ligado ações desenvolvidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, cujo objetivo central consiste na orientação, apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados (BRASIL, 2009). Nesse tempo e espaço observou-se o aumento da demanda para atendimento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida), a dificuldade operacional/estrutural da rede de proteção atendimento como um todo para lidar com essa demanda e o desejo da profissional em “dar voz” aos adolescentes e jovens que cumprem as medidas, no sentido de perceber suas próprias perspectivas sobre os processos dinâmicos possivelmente ligados a situações de violência e as infrações.

Além da constatação acima, também se notou no período frequentes queixas da sociedade local sobre o aumento das situações de violência envolvendo jovens e a forma condenatória como os casos eram expostos na mídia local (telejornais, rádio e jornais impressos). Assim, todas essas observações, agregadas ao fato da pesquisadora ser natural do citado município, despertaram o interesse em realizar estudos que levassem à compreensão de processos sociais que dizem respeito à proteção e vulnerabilidade e podem ter culminado com a prática do ato infracional e consequente determinação de medidas socioeducativas na sua comunidade.

Face ao interesse inicial, seguiram-se buscas por estudos científicos e ações exitosas sistematizadas que refletissem sobre o fenômeno. Nesse percurso encontram-se trabalhos sobre a temática desenvolvidos no Estado pelo Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário- LABINS ligados a Faculdade de Psicologia da UFAM, com destaque as pesquisas e as ações no âmbito da medida de internação. Dentre esses trabalhos destaca-se a Tese de Doutorado da orientadora desse trabalho que discute o potencial de proteção na medida de internação, tornado-se essa pesquisa “fio condutor” da presente dissertação. Além das pesquisas locais também foi possível entrar em contato com produções científicas em diversas áreas do conhecimento que discutem o fenômeno dos adolescentes e jovens que infracionam, os processos de proteção, vulnerabilidade e resiliência envolvidos e as medidas em outras realidades nacionais. Após a aprovação no presente programa de pós-graduação, a pesquisadora agregou-se a tal laboratório com intuito ampliar e aprofundar as discussões existentes em direção de meios não estudados, como cidades do interior amazônico.

Essa motivação reforça a idéia da necessidade de sistematização, divulgação e contextualização das ações e propostas de compreensão sobre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Nesse sentido, Negreiros (2001) afirma que:

as ações empreendidas tendem a ser voláteis e não-sistematizadas, mesmo que essas demonstrem benefícios aos adolescentes, perdendo-se a possibilidade de divulgar práticas e experiências positivas, assim como aprofundar alguns aspectos já encontrados nas pesquisas (p. 34).

Dessa maneira ao sistematizar e divulgar aspectos como os processos de proteção e de vulnerabilidade dos adolescentes/ jovens cumpridores de medidas em um contexto determinado, busca-se aprofundar dados de pesquisas anteriores assim como ventilar novas possibilidades de compreensão para um fenômeno de natureza complexa e multifatorial, que

sendo assim sempre possibilita novas interpretações e dificilmente permite ser estudado a partir de explicações reducionistas e estáticas.

Diante desta realidade multideterminada, na qual se insere os adolescentes, seus familiares, a comunidade e o Estado, pode-se apontar a necessidade de que seja destinada uma atenção especial aos possíveis processos de proteção, seus imbricados vínculos com os processos de vulnerabilidade e a realidade amazônica vivida por esses sujeitos que cumprem as medidas em meio aberto, pois se constitui como um estudo de relevância social e científica na medida em que gera possíveis benefícios como a ampliação e aprofundamento das pesquisas na área de direitos humanos, juventude e violência dentre outras, o auxílio na construção de políticas públicas locais destinadas a juventude, formas de intervenção mais profícuas e assim resvalar em algum tipo de melhoria na vida dos principais atores sociais envolvidos: os adolescentes e seus familiares.

A partir da delimitação do tema e exposição das motivações para realização do trabalho segue a enunciação dos objetivos gerais e específicos. Enquanto o objetivo geral, a pesquisa busca **conhecer os processos de proteção contra o envolvimento com o ato infracional segundo adolescentes/ jovens em conflito com a lei em duas cidades da Região Metropolitana de Manaus (RMM)**. Nesse âmbito, objetiva especificamente: identificar características relativas à vulnerabilidade psicossocial dos adolescentes/ jovens; compreender o modo como os jovens/ adolescentes percebem sua vulnerabilidade ao conflito com a lei; perceber quais processos de proteção são considerados eficazes contra o conflito com a lei e conhecer possíveis processos protetivos vinculados ao sistema de garantias de direito de cada município.

Faz-se necessário também tratar das opções epistemológicas que referenciam a fundamentação teórica e a metodologia. Assim para lidar com a problemática escolhida optou-se por epistemologias que possam trazer um novo olhar para inquietações não abarcadas pelas teorias tradicionais sobre adolescência, violência e infrações enfatizando-se pontos muitas vezes renegados ao segundo plano como a contextualização, a subjetividade e a perspectiva dos direitos humanos dos atores sociais envolvidos.

Nesse sentido, escolheu-se como referencial norteador da visão que se tem sobre sujeito adolescente/ jovem, o aporte sócio-histórico, os conceitos de proteção, vulnerabilidade e resiliência calcados em paradigmas científicos complexos e críticos e por fim, como marco legal o paradigma da proteção integral preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e fundado na perspectiva dos direitos humanos. Esses três tópicos formam a fundamentação teórica do presente trabalho, abordando o problema exposto e direcionando a toda discussão.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro a Introdução, contextualizando o tema, problema, justificativa e objetivos. O segundo capítulo é destinado à apresentação do aporte teórico e legal, trazendo na primeira parte o olhar sócio-histórico que discute a adolescência enquanto um período significado e interpretado pela sociedade e pelas relações sociais que daí se estabelecem, mediados sempre pela cultura e linguagem (OZELLA, 2002), em oposição às abordagens tradicionais que tratam a adolescência como fase natural do desenvolvimento, eivada de princípios patologizantes e universalizantes.

A segunda parte do mesmo capítulo discorre sobre os conceitos de proteção, vulnerabilidade e resiliência enquanto mecanismos com caráter processual e fluido, ligados a uma rede de representações e significados possíveis. Para Assis, Pesce e Avanci (2006) esses mecanismos englobam tanto recursos familiares e sociais como forças e características internas. A resiliência entendida enquanto potencial de resistência frente às adversidades significadas pelo sujeito num dado momento é vista juntamente com os processos protetivos e de vulnerabilidade, em sua ligação com as infrações e medidas socioeducativas.

A última seção do capítulo II aborda a perspectiva da proteção integral vinculado a Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. Também caracteriza as medidas socioeducativas propostas pelo SINASE (2006) e suas diretrizes paradigmáticas, apontando crianças e adolescentes como indivíduos em condição peculiar de desenvolvimento, mercedores de prioridade absoluta na efetividade de seus direitos, opondo-se às respostas simplistas para lidar com o fenômeno para além da via punitiva, numa ruptura com a velha doutrina da “situação irregular” do Código de Menores dos (CASTRO, 2002).

O terceiro capítulo apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa, explicitando os caminhos adotados como forma de responder aos desafios contidos em considerar fatores como a implicação com dada realidade social e a postura dialógica do pesquisador em relação ao sujeito. Discorre acerca da abordagem escolhida, o local de pesquisa, sujeitos, técnicas de coleta de dados, técnicas de análise de dados e aspectos éticos.

O quarto capítulo destina-se a apresentação de resultados e discussão dos achados da pesquisa. São apresentadas as categorias de vulnerabilidade a infração e de proteção elaboradas a partir das falas dos jovens oito, bem como as hipóteses geradas através do método da *Grounded Theory*.



No quinto e último capítulo são apresentadas as Considerações Finais e Recomendações desse trabalho enquanto proposituras que pretendem ampliar a discussão sobre o fenômeno da proteção na trajetória de vida de jovens.

## **CAPÍTULO 1**

### **1 FUNDAMENTO TEÓRICO-LEGAIS**

#### **1.1 Olhares sobre a adolescência**

Nas últimas duas décadas se observam, além da ampliação das discussões em torno dos adolescentes em conflito com a lei, a diversificação das escolhas epistemológicas para sua compreensão. Apesar dessa diversificação epistêmica, o olhar predominante sobre o fenômeno ainda é notadamente aquele ligado a visões tradicionais de ciência.

Esta visão tradicional, também identificada como paradigma da simplicidade, está calcada em dimensões ou características ligadas à fragmentação, à análise, às relações lineares, visões deterministas, conceito de reversibilidade, objetividade e verdade universal (ESTEVEZ DE VASCONCELLOS, 2002). Sob este paradigma repousa a concepção generalizada de adolescência, incluindo-se a explicação para os que cometem delitos, baseada em conceitos naturalizantes, universalizadores e patológicos. Esta concepção adolescência passa também a ser chamada de tradicional, já que se constituiu a partir de paradigma de igual terminologia.

A hegemonia desta concepção levou à cristalização e ampla difusão de pressupostos da adolescência, da literatura especializada ao senso-comum. Para Coimbra (*et al.*, 2005), esses pressupostos vinculam-se ao pensamento do tipo “cartesiano”, voltado para a primazia da razão, onde se acredita que tal “fase” definiria o sujeito para o resto de sua vida, em uma visão homogeneizante e limitada, negando-se a multiplicidade, a diferença e as capacidades dos indivíduos.

Ao analisar o desenvolvimento do conceito dessa adolescência normatizada, Bock (2007) pontua que os estudos sobre a adolescência na psicologia se iniciaram no início do século XX, com Stanley Hall, que já a concebida como uma fase da vida identificada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade. Porém, segundo a autora

(*ibid*), foi Erickson que em 1976, institucionalizou a chamada adolescência, designando-a como uma fase do desenvolvimento com confusão de papéis e dificuldade no estabelecimento da personalidade, um modo de vida entre a infância e a vida adulta

Piaget também trabalhou a partir de uma lógica desenvolvimentista linear, postulando que a adolescência, “situa-se no quarto estágio do desenvolvimento, o estágio das operações formais que se situa entre os 11 anos até cerca dos 15/16 anos” (PIAGET, 1977, p. 33).

Ainda nesta linha de pensamento, Wallon caracterizava esta como um “estágio” afetivo, permeado por conflitos na busca pela auto-afirmação e no desenvolvimento da sexualidade, acreditando que “a partir dos onze, doze anos, a criança começa a passar pelas transformações físicas e psicológicas da adolescência” (WALLON, 1995, p.32).

Na América Latina, Arminda Aberastury e Mauricio Knobel são apontados como dois dos maiores expoentes da psicanálise a estudar a adolescência, introduzindo a noção de "síndrome normal da adolescência", na obra de 1989 “Adolescência normal”, onde concebiam esta como uma etapa natural do desenvolvimento, que como um passe de mágica acontece em sua vida.

Esses autores difundiram que todos os adolescentes teriam as seguintes características sintomatológicas ligadas a essa crise: 1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, que vai do auto-erotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações de humor e do estado de ânimo (ABERASTURY & KNOBEL, 1989).

Abordando a entrada e difusão desse conceito de adolescência no Brasil, Bock (2007) aponta o psicanalista David Levinsky como outro autor a conceituar a adolescência como sendo uma fase do desenvolvimento evolutivo, considerando que a criança gradualmente passa para a vida adulta de acordo com as condições ambientais e de história pessoal. Porém, apesar de pontuar tais condições, este ainda vincula a adolescência à puberdade e ao desenvolvimento cognitivo, e refere-se às crises universais na adolescência ligadas ao tabu do incesto.

Por fim a mesma autora cita Outeiral, também autor brasileiro, que considera a adolescência como uma fase do crescimento humano que se caracteriza pela definição da identidade, iniciando-se com as transformações do corpo (puberdade), e se estendendo até que a maturidade e a responsabilidade social sejam adquiridas pelo indivíduo.

O perigo de tal visão hegemônica e naturalizante por parte da psicologia enquanto ciência, é que deixamos de ter uma leitura mais crítica da sociedade, e desta forma, prejudica-se a construção de políticas adequadas para os jovens, “responsabilizando, com sua leitura, o próprio adolescente e seus pais pelas questões sociais que envolvem jovens, como a violência e a drogadição” (BOCK, 2007, p. 66).

As concepções de adolescência preconizadas pela visão tradicional, podem ser sentidas com maior intensidade sobre ideia que se faz a cerca dos adolescentes que cometem ato infracional, intensificando a rotulação engessante “de menores infratores” e contribuindo para a manutenção do *status quo* da situação de vulnerabilidade em que geralmente estão associadas suas histórias de vida. Nesse sentido Costa (2007) relata que:

os aspectos “naturais” e “universais” preconizados pela ciência “tradicional” da adolescência contribuíram para que esta fosse entendida pela ótica do distúrbio e do transtorno, associando uma série de eventos negativos aos sujeitos nessa faixa etária. A concepção patologizante e estigmatizante que resultou destas abordagens atingiu mais forte e negativamente jovens em condição de vulnerabilidade. Ao serem pegos em práticas infracionais, ficam enredados na crônica de uma “sócio-psiopatia” anunciada por tais concepções - a-críticas e excludentes – revelando grandes dificuldades em empreender outras trajetórias<sup>7</sup>. Deste modo, a “adolescência em perigo” converteu-se em “adolescência perigosa”, desconsiderando o processo de construção histórico-social que conduziu a tal associação (COSTA, 2007, p. 29).

Com intuito de superar tal visão por desacreditar em seu potencial para lidar com o fenômeno de forma ampla, buscam-se paradigmas que possam trazer um novo olhar para inquietações não abarcadas pelas teorias tradicionais sobre adolescência, enfatizando-se pontos renegados ao segundo plano como a contextualização, a não-previsibilidade e a subjetividade dos atores sociais envolvidos. O aporte sócio-histórico surge enquanto possibilidade, pois o mesmo se baseia em paradigmas científicos complexos e críticos que consideram múltiplos fatores e se propõe a inversão na forma como se pensa a constituição do humano.

A concepção sócio-histórica da adolescência e do ato infracional possui como base o materialismo dialético, cujos pressupostos apontam ser a partir da organização dos meios de produção da existência material, ou seja, a partir do homem tomado como um indivíduo real, concreto, pertencente e marcado por uma realidade objetiva que se deve procurar conhecer a

sua história. Com fundamento, entende-se nesta perspectiva que “[n]ão é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1982 apud ROSA & ADRIANI, 2002, p. 263).

Com essas premissas pode-se afirmar que a visão sócio-histórica opõe-se ao positivismo moderno, isto é, a visão tradicional de ciência. Não há uma natureza humana, no sentido de que não se nasce portador de nenhuma consciência a priori, mas sim dessa se constitui a partir da atividade do homem/sujeito no meio social, não havendo nenhuma fórmula ou lei universal que determine um contorno único ou certo para sua configuração. Dessa maneira, a base da formação humana, de todos os valores, do modo de pensar e da prática de suas ações surgem a partir da realidade material. As condições econômicas, políticas, culturais e sociais são consideradas produtos temporários de um tempo, espaço e contexto específico e balizadoras de um universo de significações individuais e coletivas e suas infinitas possibilidades de articulação não mais encerradas em uma única gênese.

Com essa inversão no modo de pensar o homem o aporte sócio-histórico considera que a adolescência deve ser entendida a partir de seu contexto histórico, o qual considera infinitas e múltiplas facetas em vivenciar a juventude. Isso significa fazer parte da dimensão complexa, não pré-determinada ou previsível, tendo a subjetividade como produto e ao mesmo tempo produtor das relações entre todos os atores envolvidos. Assim a adolescência é entendida como criada historicamente pelo homem, enquanto representação e enquanto fato social e psicológico e não como um período ou fase natural do desenvolvimento. Como nos fala Ozella (2002) trata-se de um período significado e interpretado pela sociedade e pelas relações sociais que daí se estabelecem, mediados sempre pela cultura e linguagem, os quais por sua vez, atribuem sentido aos fatos da adolescência.

Optando pelo termo ‘jovem’ e não ‘adolescente’, Carrano (2003) define este enquanto resultante da experiência social de determinado tempo histórico, sendo os mesmos agregados sociais com características continuamente flutuantes. São sujeitos não determinados a priori, mas com diversas possibilidades de ser ou de vir a ser (devir) passíveis de mudanças ou flutuações. Vista desse modo a adolescência e seus fenômenos não são estáveis e previsíveis, mas sim indeterminados, imprevisíveis, irreversíveis e incontroláveis, como aponta a dimensão da instabilidade.

Ainda sobre essa perspectiva de “adolescências”, Rocha (2002) confirma que para se falar do adolescente é imprescindível trabalhar com o conceito de “condição juvenil”, pois esse facultaria a compreensão da heterogeneidade de situações e experiências que marcam a diversidade de modos de inserção social. Desconstrói-se, portanto, a visão atomizada de

adolescência para construir outras que abrigam inúmeras formas de adolescências, demonstrando a multiplicidade de processos históricos possibilitaria múltiplas formas de se vivenciar o mesmo fenômeno.

Existiriam diversas possibilidades de “atravessar” o período denominado de adolescência, ou seja, vivenciá-la de acordo com as condições que a construção social lhes possibilita naquele momento histórico, o que aponta para um processo dialético de ‘ser construído’ e ao mesmo tempo de ‘ser construtor’ de si mesmo. Torna-se possível abordar possíveis contradições dessa vivência e não excluí-las, num entendimento de complementaridade entre aquilo que a princípio se apresentava como oposto, como por exemplo, ser um adolescente religioso e ao mesmo tempo estar em conflito com a lei. Assim enfatiza-se as interações múltiplas e não-lineares, geradas a partir da contextualização desse fenômeno e de relações causais recursivas, ou seja, adotando-se a dimensão da complexidade nesse olhar.

A complexidade da adolescência pode ser corroborada pela visão de Aguiar, Bock & Ozella, ao entenderem que a adolescência é:

[...] constituída socialmente a partir de necessidades sociais e econômicas dos grupos sociais e olhar e compreender suas características como características que vão se constituindo no processo [...] Os modelos estarão sendo transmitidos nas relações sociais, através dos meios de comunicação, na literatura e através das lições dadas pela Psicologia (2001, p. 171).

Nesse sentido, assim como a adolescência é vista como construção social dos sujeitos inseridos num tempo e espaço histórico determinados, também fenômenos como as infrações cometidas pelos mesmos são entendidos como fatos datados e significados pela historicidade de seu tempo. Passa-se então a ter em mente que não se pode desprender a infração da realidade cotidiana desses jovens, onde atravessam a materialidade econômico-social e estrutural vivida por ele e pela comunidade circundante. Sobre o fenômeno intitulado “delinquência”, Costa (2007) reitera que sob o olhar socio-histórico, este passa a ser compreendido enquanto possibilidade de expressão dos indivíduos a partir de sua inserção na cultura, assim como outras ações humanas, superando a noção de ‘sintoma individual’ que afeta a ordem social.

Ao se olhar a infração a partir dessa visão ampliada e complexa, surgem aspectos em contraponto à visão de patologia e individualização sintomática dos atos de violência. Construtos como **proteção** e **vulnerabilidade** tornam-se pertinentes ao estudo de adolescência e infração sob o olhar sócio-histórico por permitirem envolver a processualidade

dinâmica dos acontecimentos, mantendo de modo indissociável, a realidade social enquanto produtora e produto dos sujeitos.

De modo análogo, busca-se compreender sócio-historicamente a vinculação e desvinculação da prática de ato infracional na relação com as medidas socioeducativas. O potencial protetivo das medidas as quais são submetidos os jovens, principalmente quando estas são aplicadas em meio aberto, ou seja, na própria comunidade onde aconteceram e acontecem as ações de sua vida, exigem compreender o contexto e os processos de interação dialética, que os tornam sujeitos ativos de sua história, onde modifica e é modificado pelas relações sociais mais amplas.

## **1.2 Processos de proteção e vulnerabilidade rumo a resiliência**

A tarefa de estudar infrações e adolescência pode associar-se a inúmeros conceitos e algumas perspectivas epistemológicas, mas nesse trabalho optou-se, estudá-lo através da lente sócio-histórica. Com essa visão parece pertinente agregar conceitos que tragam em sua gênese epistemológica o entendimento da complexidade e dinamicidade dos processos envolvidos no desenvolvimento dos adolescentes e da violência, como se percebem serem os processos proteção e vulnerabilidade que trazem por sua vez determinada perspectiva de resiliência.

O termo resiliência tem como um dos precursores o cientista Thomas Young, o qual desenvolveu estudos nas áreas da Física e da Engenharia, no início do século XX. Na perspectiva das ciências exatas o termo está ligado à resistência de materiais e pode ser definida de como “a capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformações plásticas e permanentes. Ainda nesse âmbito, a medida de resiliência pode ser obtida por fórmulas matemáticas e em laboratório, apresentando os diferentes materiais a diferentes medidas de resiliência” (YUNES & SZYMANSKY, 2001, p. 34).

Após algumas décadas, as ciências sociais e humanas se apropriaram do termo, numa tentativa de adaptação ao seu objeto de estudo e referenciais epistemológicos. No entanto, tal adaptação gerou controvérsias e dificuldades de delimitação conceituais, não apresentando consenso terminológico. Devido às diversas idiossincrasias científicas, a Psicologia e outras ciências fizeram aproximações conceituais, ressaltando-se a complexidade dos fenômenos humanos e a multiplicidade de questões envolvidas nesse tipo de estudo científico. Assim, fazendo referência ao constructo original da física, Yunes & Szymanski (*ib.*) falam que o conceito resiliência utilizado pela Psicologia corresponde a metáforas como, por exemplo, a

relação entre tensão/ pressão de materiais físicos e risco/ estresses/ adversidades aos quais são submetidas as pessoas, ou deformação não permanente do material correlacionado ao conceito de adaptação/ ajustamento no indivíduo.

Nesse sentido, quando utilizado em ciências sociais e humanas o termo resiliência apenas está correlacionado a definição de capacidade de resistência à tensão. Até porque não se tem como se classifica resistência humana? Há distinção entre esta e tensão humana? Dessa maneira pode não se pode esperar que, ao se apropriar de um constructo formulado nas ciências exatas, onde o objeto de estudo é de natureza diferente daquele pertencente as ciências humanas/ sociais e muitas vezes as bases epistemológicas são opostas, haja igualdade conceitual dos termos.

Voltando-se à historicidade dessa construção do conceito na Psicologia, verifica-se que essas primeiras aproximações conceituais entre as ciências foram desenvolvidas principalmente por pesquisadores dos Estados Unidos e Reino Unido e focalizam o indivíduo, enfatizando os traços de caráter e pré-disposições pessoais. Esses estudos investigavam os padrões de adaptação individual da criança associadas ao ajustamento social na vida adulta. Isto é tinham por objetivo compreender como adaptações deixavam as crianças protegidas ou em risco ao serem expostas as adversidades.

Como importantes obras da época podem ser citadas: “*Vulneráveis, porém invencíveis*”, “*Superando as Adversidades*”, ambas de Werner e Smith publicadas respectivamente em 1982 e 1992 e “*A criança invencível*” de Anthony e Cohler publicada no ano de 1987. Além do pioneirismo dos estudos outra grande contribuição desses primeiros estudos foram as pesquisas desenvolvidas longitudinalmente, pois permitiram a criação de novas metodologias de acompanhamento de populações ao longo do tempo (YUNES & SZYMANSKI, 2001).

Foi na década de 1970 que outros dois importantes cientistas- Michel Rutter e Norman Garnezy- iniciaram suas pesquisas aos quais até hoje são tidas como referência na área, apresentando, entretanto filiações epistemológicas e metodológicas diferentes. Assim, Garnezy descreve a resiliência como equilíbrio entre risco e proteção, sendo esses aspectos determinantes no desenvolvimento de psicopatologias ou saúde. Esse autor discute o constructo a partir de uma perspectiva médica, naturalista e biológica, ou seja, a partir dos estudos dos pesquisadores pioneiros ligados ao desenvolvimento infantil.

Verifica-se a tentativa de identificar em teorias tradicionais do desenvolvimento (principalmente as teorias biológicas) e psicopatologia infantil os constructos da resiliência. O grupo de pesquisa ao qual se filiava, pautava-se, dessa maneira em uma perspectiva de causas



lineares, onde determinados fatores de proteção ou de risco - e seus efeitos - resultam necessariamente a resiliência ou não resiliência. Outra característica marcante de seus estudos era a centralização no indivíduo, ou seja, procurava-se encontrar no indivíduo os “motivos” da resiliência ou da não resiliência, como citado anteriormente. Não obstante a esse início de pesquisas e filiações epistêmicas, Garmezy iniciou diálogos para além da perspectiva médicas e epidemiológicas ao descrever “co-ocorrências” de adversidades e ao sugerir pesquisas aprofundadas sobre aspectos relacionais que levassem em consideração a passagem do tempo.

O pesquisador britânico Michel Rutter descreve em suas obras sobre resiliência uma perspectiva diferenciada, afirmando ser uma “*variação individual em resposta ao risco*”, onde os “*mesmo estressores podem ser experienciados de maneiras diferentes por pessoas diferentes*” (YUNES & SZYMANSKY, 2001, p. 21) e ao se alterar circunstâncias também se altera a resiliência, pois não são esses atributos fixos.

Após pesquisas com crianças da Ilha, Wight e Londres (1979, 1981b) chega a conclusão de que um único estressor não tem impacto significativo, mas que a combinação de dois ou mais estressores pode diminuir a possibilidade de conseqüências positivas no desenvolvimento e que estressores adicionais aumentam o potencial de outros estressores já presentes. Suas conclusões de pesquisas apresentam mudanças epistemológicas claras em relação aos demais pesquisadores, pois se afastava substancialmente dos primeiros estudos de perspectivas naturalizantes e quantitativas, onde a resiliência era entendida como invencibilidade e resistência absoluta.

Para Assis, Pesce e Avanci (2006) o termo vem sofrendo mudanças no foco: se anteriormente voltava-se aos atributos individuais, concebidos muitas vezes como qualidade pessoal frente ao meio desajustado, passa a englobar aspectos relacionais e contextuais. Assim, o primeiro foco entendia a resiliência como sinônimo de invulnerabilidade, reforçando a ideia de capacidade individual de adaptação bem sucedida em um ambiente inadequado, numa aparente maior aproximação com a rigidez conceitual da física tradicional a qual desconsidera aspectos da subjetividade.

Outra problemática nos estudos iniciais era o perigo em se associar as pesquisas sobre resiliência a vieses disfarçadamente preconceituosos, como aqueles de determinavam o que era adaptativo ou não adaptativo ou o que é risco e proteção de maneira fixa. Um exemplo desse viés é a pesquisa clássica de Smith na ilha de Kauai/ Havaí, a qual considera apenas o olhar do pesquisador sobre os conceitos supracitados e não menciona os possíveis significados desses constructos para aquela dada comunidade. Ou seja, desconsidera-se a construção de sentido dos próprios sujeitos com seus atravessamentos histórico-culturais,

muitas vezes distantes dos sentidos do pesquisador. Esses critérios facilmente podem tomar caráter ideológico e permitir o rótulo em pessoas e grupos com mais estigmas: agora o de não resilientes (YUNES & SZYMANSKI, 2001).

A partir desses primeiros conceitos e problemáticas, novas contribuições foram surgindo, ampliando-se as interfaces que o constructo fazia com outras áreas do conhecimento, assim como suas filiações epistêmicas. Dessa forma, nas últimas décadas multiplicaram-se as pesquisas em vários países que sugerem a interligação do estudo de resiliência com áreas afins como personalidade, desenvolvimento, trabalho, sociedade e direitos humanos entre outros. São áreas de interface na apropriação e transformação do conceito que direcionam as pesquisas para temas de pesquisa mais específicos, utilizando-se os pesquisadores do constructo da resiliência como pano de fundo teórico-metodológico (mesmo que com diferentes abordagens) para compreensão de alguns fenômenos humanos.

Dentre essas áreas afins, destacar-se-á nesse trabalho a interface do constructo com a área do Desenvolvimento Psicossocial e dos Direitos Humanos, ambas ancoradas em epistemologias pós-modernas. Acredita-se que essas interfaces são possíveis por apresentarem gênese em comum, que levam em consideração as múltiplas facetas do fenômeno a ser estudado, numa tentativa de não aprisionamento *apriorístico* a conceitos dados, e conseqüente abertura as diversas possibilidades de construção dialética do estudo entre todos os sujeitos. Com a clarificação sobre as aproximações e vinculações desejadas, o trabalho seguirá buscando posicionar-se sobre suas opções teórico-conceituais, e conseqüentes afastamentos, quanto aos constructos que levam ao entendimento de proteção e vulnerabilidade rumo a determinada perspectiva de resiliência.

Nesse sentido a noção de resiliência a ser construída nesse espaço procurará discutir criticamente e repensar seu próprio conceito, num esforço contínuo de auto-reflexão sobre suas vinculações epistêmicas e metodológicas. A partir dessa propositura crítica a resiliência passa então a ser entendida como potencial de resistência frente às adversidades significadas pelo sujeito num dado momento. Ainda segundo essa perspectiva, denomina-se a resiliência como a capacidade de resistir às adversidades, a força necessária para a saúde mental estabelecer-se durante a vida, mesmo após exposições ao risco (ASSIS, PESCE & AVANCI, 2006).

Mesmo adotando a perspectiva crítica para se refletir sobre o conceito de resiliência algumas controvérsias permanecem, ou como destaca Assis, Pesce e Avanci (2004) parece ser mais fácil afirmar sobre o que não é resiliência que entrar em um consenso sobre aquilo que

significa. No entanto as mesmas autoras apontam para alguns caminhos: “resiliência não é simplesmente o oposto do risco. Não é sinônimo de algum fator de proteção”.

A resiliência pode se entendida como resposta individual e bem adaptada ao risco. Para D’Andrea e Di Clemente *apud* Trombeta e Guzzo (2002) os fatores -ou processos- de risco são situações determinadas que aumentam a possibilidade de problemas futuros. Apesar de não se pensar o risco como atributos fixos, mas como processos significados pelos sujeitos como tal e de maneira histórica, existem alguns processos recorrentemente significados como de risco pelas pesquisas na área. Esses processos para Pesce, Assis e Oliveira (2004) podem ser crônicos ou agudos e se apresentam como: condições de pobreza, rupturas na família, vivência de algum tipo de violência, experiências de doenças no indivíduo ou família e perdas.

Por se tratarem de processos fluidos e mutantes, os riscos não devem ser analisados individualmente ou de forma estática, mas antes como atravessamentos dinâmicos que se afetam mutuamente e por outros processos são influenciados e, ao mesmo tempo influenciadores. Engle, Castle & Menon *apud* Pesce, Assis e Oliveira (2004) dizem que o risco é um processo e deve-se também verificar o número total de fatores ao qual a criança foi exposta, o período de tempo, o momento da exposição e o contexto. Assim é necessário analisar a subjetividade de cada indivíduo, ou seja, sua percepção, interpretação e sentido atribuído ao evento, pois é essa dimensão que classificará o evento como estressor ou não (FEIJÓ & ASSIS, 2004).

A partir da vivência da situação como de risco, tal evento aumentaria a vulnerabilidade da criança e de adolescentes para situações negativas no desenvolvimento. Apesar de conceitos intrinsecamente interligados, risco e vulnerabilidade não são sinônimos. Segundo Yunes e Szymanski (2001) historicamente o estudo do risco tem como origem o campo da área da saúde/ epidemiologia, estando mais associado a grupos e populações, enquanto a vulnerabilidade se associaria essencialmente ao indivíduo e suas susceptibilidades a respostas negativas. Para que ocorra a vulnerabilidade o risco deve estar presente.

Seguindo a perspectiva epistemológica baseada num discurso crítico e em processos e percepções a partir de estudos qualitativos, Rutter (1987) define a vulnerabilidade como alterações aparentes no desenvolvimento físico e/ ou psíquico do indivíduo que se submeteu ao risco. Nesse sentido Pesce, Santos e Oliveira (*ib.*) falam que a vulnerabilidade pode ser entendida como predisposição individual para desenvolver psicopatologias, comportamentos não eficazes ou susceptibilidades para um resultado negativo no desenvolvimento.

Associando a vulnerabilidade ao conceito de conflito com a lei, Costa (2007) entende que a mesma traz elementos mais abstratos associados e associáveis aos processos não saudáveis - como o envolvimento com violência - para planos de elaboração teórica mais concretos e particularizados, destacando-se assim para análise da vulnerabilidade elementos como: a co-presença, a mutualidade, a interferência, a relatividade, a inconstância, o não-únívoco, o não-constante, o não-permanente entre outros.

Para associar a vulnerabilidade a situação de conflito com a lei, não se pode prescindir de seu caráter complexo e não pré-determinado, a fim de não cair em simplificações como as que anunciam que jovens em situação de vulnerabilidade necessariamente infracionarão ou que explicam a infração unicamente pela existência de vulnerabilidade socioeconômicas na história de vida desses sujeitos. Certamente são processos importantes e constantemente presentes no estudo das infrações, mas não únicos e determinantes.

São inúmeros os fatores associados a vulnerabilidade dos adolescentes à violência e infrações, mas destacam-se em grande parte das pesquisas as tendências individuais, os fatores biogenéticos, o ambiente, a ausência de suporte social, fatores de ordem socioeconômica, o acesso a informações, como constantemente presentes na vida de adolescentes em conflito com a lei. No entanto, entre esses inúmeros fatores associados também são possíveis diversos arranjos e variações, onde cabem diferentes graus de vulnerabilidade, vulnerabilidades a determinado fator de risco em determinado tempo, mas não ao mesmo fator em outro momento, entre outras variações. Assim parece mais adequado referir-se aos adolescentes como em situação de vulnerabilidade como forma de destacar a processualidade e não fixidez da vulnerabilidade.

Para compreensão ampliada de risco e vulnerabilidade, também se faz necessário vincular tais processos aos de proteção. São conceitos indissociáveis para elaboração da visão complexa de resiliência que aqui se busca. Fomentando essa discussão Kaplan (1999) aponta que a combinação entre natureza, quantidade e intensidade de fatores de risco é aquilo que define o contexto necessário para o surgimento da resiliência. Ou seja, sem observar a representação e significados dos riscos para o indivíduo não se pode falar em aspectos de resiliência para o mesmo.

Por sua vez os mecanismos e proteção também têm caráter processual e fluido, não podendo ser definidos *aprioristicamente*, isso significa que devem estar ligados a uma rede de representações e significados possíveis. Para Assis, Pesce e Avanci (*ib.*) esses mecanismos englobam tanto recurso familiares e sociais como forças e características internas. Apenas como forma de facilitar a didática da compreensão –sem, entretanto, prescindir de sua gênese

dinâmica de significados- esses mecanismos foram divididos por Brooks, Emery & Forehand *apud* (FEIJÓ & ASSIS 2004): em individuais (auto-estima positiva, auto-controle, autonomia, características de temperamento afetuoso e flexível), familiares (coesão, estabilidade, respeito mútuo, apoio/suporte) e ambientais (bom relacionamento com os amigos, professores ou pessoas significativas. São mecanismos citados em várias pesquisas, mas que podem apresentar variações de acordo com o contexto cultural.

Dessa forma, com a complexificação dos estudos sobre resiliência, compreende-se a mesma como um processo dinâmico entre que envolvem a interação entre processos sociais e intrapsíquicos de vulnerabilidade e proteção, ancorados em dois grandes pólos: a adversidade e a proteção, ligados a reconstrução singular do sujeito (ASSIS, PESCE & AVANCI, 2006).

Trazendo a discussão o campo da infração, mais uma vez Costa (2007) afirma que o desenvolvimento de aspectos positivos que se contraponham aos riscos e agravos associados aos adolescentes infratores enquanto segmento populacional vulnerável remete ao conceito de *resiliência* enquanto a capacidade expressa por indivíduos ou grupos de superar fatores de risco aos quais são expostos.

Assim discutir aspectos positivos - entendidos nesse trabalho como processos de proteção ou potenciais protetivos - dos adolescentes que em determinado momento e situação infracionaram ou estão em conflito com a lei, significa discutir conjuntamente a relação que se faz com o risco e vulnerabilidade, bem como os possíveis rumos de resiliência que dessa relação imbricada podem surgir.

### **1.3 Perspectiva legal de adolescência e do ato infracional**

Desde a década de noventa, crianças e adolescentes brasileiros passaram a ter como Lei que os assiste o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - fruto de intensas discussões políticas e sociais anteriores a sua criação. Influenciaram em sua elaboração outras leis, documentos e acordos internacionais e nacionais onde a visão paradigmática afinava-se com os valores dos direitos humanos e preconizavam preceitos como proteção à infância e juventude.

Dentre as leis nacionais a própria Constituição Federal de 1988, com seu art. 227, possibilitou o surgimento, segundo Cavalcante (2008), de uma nova política de atendimento aos direitos da infância e juventude: a Proteção Integral. Anterior ao ECA era, portanto, a

primeira resposta as políticas negativas históricas impostas à criança e ao adolescente nas leis anteriores.

O Estatuto por sua vez, vem consolidar a Doutrina da Proteção Integral ao estabelecer direitos às crianças e adolescentes, passando a considerá-los indivíduos em condição peculiar de desenvolvimento, merecedoras de prioridade absoluta na efetividade de suas garantias e determinando a responsabilidade do Estado, sociedade e família, como sendo aqueles obrigados a assegurar o cumprimento de tais direitos.

Além da atenção a infância e adolescência de uma maneira geral, o Estatuto também se propõe a olhar fenômenos específicos que por vezes ocorrem com esses sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. Assim, fenômenos como a infração cometida por adolescentes e seu conseqüente conflito com a lei, recebem a mesma proposta de atenção legal, ou seja, os adolescentes que infracionam também devem receber proteção e não apenas sanção pela infração cometida, distinguindo-se seu atendimento daquele dispensado aos adultos. Paradigmaticamente o Estatuto rompe com doutrina anterior de “situação irregular” do Código de Menores, afirmando que todas as crianças e adolescentes são prioridade absoluta –inclusive aquelas envolvidas em atos infracionais, sem distinção de origem social e com igual cuidado (CASTRO, 2002).

Costa reforça a ideia ao afirmar que:

[...] avanços significativos foram alcançados em face da legislação anterior revogada. A substituição do eixo doutrinário da *situação irregular* à *proteção integral* implica em profundas diferenças, ainda que de difícil substituição ao longo dos [...] anos de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir da mudança da lei, as ações destinadas ao adolescente autor de ato infracional são simultaneamente sancionadoras, já que algumas implicam restrição ao exercício de determinados direitos, mas preservam a finalidade de “recuperar” e “proteger”. Assim os aspectos relativos ao desenvolvimento, saúde, qualidade de vida e cidadania destes encontram assegurados, deslocando-se, assim, o foco da **punição** para a **promoção** do indivíduo no que se refere às condições adequadas de desenvolvimento (2007, p. 41).

Baseado nesse olhar protetivo, o Estatuto estabelece de forma objetiva medidas destinadas aos adolescentes que infracionam, adotando-se o critério da idade e da situação ocorrida. Assim as medidas são impostas a partir do envolvimento em situações consideradas atos infracionais- que consiste numa conduta descrita como crime ou contravenção penal-cometidos por adolescentes entre doze a dezoito anos na data de cometimento do ato.

Após ser comprovado a autoria do ato infracional cometido pelo adolescente, a autoridade competente pode aplicar algumas medidas previstas no ECA (Capítulo IV- Das

Medidas Socioeducativas). Resumidamente estas medidas são: I) Advertência, na qual ocorre admoestação verbal pela autoridade judiciária; II) Obrigação a reparar o dano; III) Prestação de serviços a comunidade que consiste na realização de tarefas gratuitas e interesse geral; IV) Liberdade assistida, onde o adolescente receberá orientação por parte de pessoa designada por autoridade, a qual deve promover socialmente o adolescente e sua família; V) Regime de semiliberdade: é a permanência do adolescente em estabelecimento socioeducativo e pode ser determinado desde o início ou como forma de transição para meio aberto, sendo obrigatório a escolarização e a profissionalização; VI) Internação: privação de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A discussão desse trabalho enfatizará as medidas socioeducativas que possuem caráter de maior duração de execução que são realizadas fora da capital do estado. São estas as medidas de Prestação de serviço a comunidade (PSC) e Liberdade assistida (LA). Como dito anteriormente, as medidas de Semi-liberdade e Internação foram excluídas por serem praticadas apenas na cidade de Manaus, capital do Estado. Já as medidas Advertência e Obrigação de reparar o dano são aplicadas de forma pontual diante de autoridade competente ou verificação de sua reparação material, sem um período de execução continuado.

As medidas PSC e LA são aplicadas em meio aberto, isto significa que ocorrem na comunidade onde ocorreu a infração, permanecendo o adolescente no seu contexto e devendo receber atendimento especializado de acordo com políticas públicas voltadas a esse fim. São políticas sistematizadas no Brasil a partir da promulgação do Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006) e fruto de reflexões que se distanciam ou se aproximam de formatos e experiências anteriores de atenção a crianças e adolescentes.

Apesar dessas medidas em liberdade terem sido criadas apenas a partir do ECA em 1990, e ter recente sistematização de atendimento a partir do SINASE, em 2006, suas origens remontam de séculos anteriores. A atenção em liberdade para pessoas e, principalmente, jovens que cometeram infração encontra origens, de acordo com Albergaria (1991), ao conceito anglo-americano denominado *probation*. Seus executores encontravam-se ligados, em geral, a instituições religiosas cristãs e tinham o *probation* como ação humanitária reformadora, baseados em valores morais. Essas instituições estabeleciam parcerias com os órgãos judiciários e assumiam a execução do assim entendido “tratamento” dos jovens com “desvio moral e de conduta”. Assim o tratamento consistia na reprovação moral aliada a penitencias, ou anda castigos físicos, a partir da visão dominante que tais infratores seriam portadores defeitos morais (BRITO, 2007).

Autores como Donzelot observa criticamente que na França do final do século XIX: “[...] a colaboração entre a justiça e as obras filantrópicas produziu um sistema que pré-figurava a atual liberdade vigiada e a assistência educativa em meio aberto” (1986, p.81). Já no século XX observou-se, como relatam Playfair e Sington (1965), que o *probation* alcançou poucos progressos, motivo pelo qual foi reconhecido como um recurso falível para a reabilitação de delinquentes. Apesar da constatação de reduzida eficácia, o modelo foi adotado por inúmeras legislações de países ocidentais, incluindo-se leis e Códigos no Brasil.

Essa influencia pode ser percebida desde o primeiro Código de Menores nacional, de 1927, que denominava a atenção aos adolescentes em meio aberto como liberdade vigiada, até o famoso Melo de Matos, de 1979, que dispunha no artigo 38 sobre a medida de liberdade assistida e consistia, como observam Albergaria (1991) e Brito (2007) em modalidade de tratamento do domínio da disciplina da Criminologia Clínica.

Optando por afastar-se do modelo de *probation* novas políticas públicas nacionais para a socioeducação, e não mais apenas para o tratamento, surgem então como forma de atender os objetivos preconizados pelo Estatuto. Mesmo lenta, percebem-se evoluções dessas políticas de atendimento socioeducativo à adolescência, pois passam a adotar propostas de atenção as infrações ancoradas na educação e ressocialização e reafirmando a proteção aos jovens brasileiros.

Nesse contexto de mudanças e reafirmação protetiva, Cavalcante (2008) aponta que o surgimento do Sistema Socioeducativo (SINASE, 2006), vem evidenciar os direitos estabelecidos pelo novo paradigma, possibilitando a realização de medidas que intentam propiciar a ressocialização do adolescente em conflito com a lei, por meio de ações pedagógicas, de cunho também punitivo, em conjunto com ações beneficiárias. Todas essas medidas socioeducativas objetivam fundamentalmente a reinserção social com a preparação desse adolescente para melhor reintegração com a comunidade, entretanto, tais objetivos estão longe de serem alcançados (CASTRO, 2002).

Tal constatação não leva, entretanto, ao desestímulo quanto as ações e mudanças até então proporcionadas pelo Estatuto e sistema socioeducativo, mas ao contrário estimula considerar criticamente os inúmeros avanços e dificuldades enfrentadas, para como afirma Affonso (2007), ser premente a valorização, ampliação e divulgação dessas ações na sociedade, com intuito de transformar as ações que se demonstram ineficazes. São ações ancoradas em formas diferenciadas de se enxergar o fenômeno.

Dentre essas formas diferenciadas que se mostraram eficazes na compreensão dos fenômenos das infrações cometidas por adolescentes, assim como na implementação de ações



positivas para seu desenvolvimento e esperada desvinculação de situações de violência, estão aquelas que consideram as condições históricas culturais desses sujeitos, olhando em direção a aspectos proteção e vulnerabilidade de seu contexto.

São estudos que consideraram, como relata Costa, inúmeros e dinâmicos aspectos correlacionados como:

[...] as precárias condições de habitação, educação, renda, meio ambiente, transporte, emprego, lazer e acesso aos serviços de saúde, antes e depois do envolvimento com o ato infracional, assim como importância em empreender ações que, mesmo visando mudanças comportamentais numa dimensão individual, possam transcender essa esfera [...] instaurando um novo equilíbrio pela modificação de um conjunto de fatores. Dentre os avanços teóricos observados nas duas últimas décadas, destaca-se a emergência dos conceitos de promoção de saúde e resiliência, passíveis de serem incorporados enquanto ferramentas-chave na atenção ao adolescente infrator (2007, p. 74).

Dessa maneira compreensão do paradigma da Proteção Integral que perpassa as medidas socioeducativas assim como todo Estatuto e leis envolvidas, tem importância ímpar como ponto de partida para o conhecimento do potencial protetivo envolvido no cotidiano e espaço habitado pelos adolescentes que as cumprem. Partindo-se do cumprimento de medidas em meio aberto como a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviço a Comunidade é possível alcançar esferas individuais e coletivas que consideram processo de proteção e vulnerabilidade num plano regionalizados e ao mesmo tempo globalizados, posto suas fronteiras serem de natureza indeterminada. São processo imbricados no cotidiano de ações e pensamento ligados a educação, relações afetivas, trabalho e renda, saúde, lazer, justiça, entre outro a serem observados pelos próprios adolescentes.

Assim, a vivência das medidas em meio aberto podem ser reconhecidas como potencializadoras de proteção, espaço e tempo de reflexão crítica sobre vulnerabilidades enfrentadas, proporcionando o enfrentamento positivo das situações adversas que o levam a infração. Reafirma-se que o estatuto e todas suas ações quando empreendidos segundo sua ideologia fundante, são poderosos instrumentos de atenção e proteção de adolescentes, gerando benefícios para o mesmo, para sua família e comunidade.

## CAPÍTULO 2

### 2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa em ciências sociais é tida como um processo que, utilizando métodos científicos próprios, proporciona aquisição de conhecimento de uma dada realidade. Apesar do sentido amplo, essa realidade pode ser entendida aqui como aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais. Dessa forma esse conceito de pesquisa social comporta investigações no âmbito de diversas ciências consideradas sociais, dentre elas a Psicologia (GIL, 1999).

Ao considerar o relacionamento entre os homens como variável, múltiplo e imprevisível, a Psicologia busca elaborações epistemológicas e metodológicas capazes de sustentar formas complexas de se produzir conhecimento em ciência, distanciando-se de formações científicas tradicionais, pois como defende Costa (2007):

os sentidos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes, seriam impossíveis de serem construídos pelas vias tradicionais das ciências naturais, chamadas positivistas, monotéticas, cuja intenção é a busca de explicações causais, marcadas pelo controle, estabilidade, objetividade, generalizações e análises dedutivas, neutralidade, quantificações, e centradas nas possibilidades de reprodução do evento (p. 83).

Como uma ciência que se reconhece social e humana a Psicologia também vem buscando um novo paradigma científico que possibilite lidar com as necessidades dos homens, considerando sua realidade material. A partir desse novo olhar paradigmático, a visão tradicional da simplicidade é problematizada, em favor da complexidade, que preconiza a superação da estabilidade pela instabilidade, e da objetividade pela intersubjetividade.

A revolução sistêmica ou pensamento sistêmico é para Esteves de Vasconcelos (2002) a base do novo paradigma científico ou da ciência pós-moderna. Tal paradigma se apóia em três dimensões básicas e diretamente interligadas: a complexidade, a instabilidade e a

intersubjetividade, que, como citado acima, são conceitos opostos aos da ciência tradicional (simplicidade, estabilidade e objetividade).

As três dimensões abarcam os pressupostos da contextualização, da não-previsibilidade e da subjetividade dos atores sociais envolvidos, desconstruindo-se, por oposição, os pressupostos de baseado nas relações lineares, na previsibilidade e na objetividade da ciência tradicional. São conceitos baseados nas epistemologias tradicionais de adolescência: natural, universal e patológica, passando-se a mesma a ser pelo mesmo processo de desconstrução e ao mesmo tempo reconstrução epistêmica, buscando-se então referenciais teórico-metodológicos que se aproximem de um paradigma complexo.

Como criação humana, a pesquisa também se concretiza como uma relação social estabelecida entre sujeitos sociais. Nesse sentido Viera Filho & Teixeira (2003) afirmam que a pesquisa em psicologia ocorre a partir de uma contínua construção dialética entre teoria, método e prática, assim como de uma relação inseparável entre pesquisador-sujeito. Isso significa que sujeito e pesquisador afetam-se mutuamente através da linguagem, a qual implica por sua vez que, na construção desse saber, a subjetivação emergente e as condições concretas dessa relação devem ser valorizadas.

Quer se deixar claro que para esse aporte teórico não há neutralidade em ciência, pois pesquisador e pesquisado são dialeticamente produto e produtor de seu tempo histórico. A realidade histórico-social, econômica e política daquele tempo refletem-se tanto no desenvolvimento quanto na decadência de proposições científicas e da forma, portanto, como os pesquisadores costumam pensar ciência (MINAYO, 2008; GONZALEZ REY, 2005). O observador é também, como o observado, um “sujeito”, com identidade cultural, familiar, temporal etc, ou seja, há identificação entre eles: são ambos seres humanos e portanto afetam-se mutuamente. A esse respeito bem sintetiza Levi-Strauss quando fala que: “numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é parte de sua observação” (1975, p. 215).

Tendo como paradigma essa ciência implicada com dada realidade social, com postura dialógica do pesquisador em relação ao sujeito, mediados pela linguagem e com responsabilidade social quanto ao fenômeno e seus atores sociais não se pode deixar de utilizar uma abordagem qualitativa como forma de responder aos desafios metodológicos delineados. Essa opção se dá porque a pesquisa qualitativa em psicologia busca antes apontar para um sentido da realidade, do fenômeno e do processo estudado, que verificar diretamente os resultados e conclusões, tornando-se, dessa maneira, uma ciência viável (NUNES e BORSA, 2007).

Minayo (1994) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a prioridade estabelecida na pesquisa de cunho qualitativo não é a quantificação ou explicação das causas dos fenômenos, mas sim a compreensão da realidade vivida socialmente através dos sentidos, representações, etc.

Através da pesquisa qualitativa pretende-se manter uma inter-relação coerente entre referencial teórico sócio-histórico, cujas bases estão assentadas em epistemologias complexas, e os objetivos elencados. Dessa forma possibilitar-se-á a construção de uma visão sobre o potencial de proteção segundo os próprios adolescentes cumpridores de medidas socioeducativas em meio aberto na realidade de sua comunidade, gerando categorias, hipóteses, conceitos e proposições que permitam ampliar o conhecimento a cerca da problemática não somente nos municípios pesquisados, mas contribuir para a construção de referenciais ampliados a cerca da infração e adolescência.

Para realizar a pesquisa, fez-se necessário traçar minucioso plano metodológico que discorra sobre aspectos importantes para a sua realização, como local da pesquisa, sujeitos participantes, técnicas e procedimentos para coleta, análise dos dados e cuidados éticos envolvidos. Entretanto, parte das informações relacionadas ao local e sujeitos de pesquisa também serão expostos, no capítulo referente a Apresentação de Resultados e Discussão – em uma descrição do contexto da pesquisa. Essa organização respeita a opção epistemológica dessa pesquisa que busca compreender de forma complexa de não fragmentada o fenômeno estudado, contextualizando-o em todas as possíveis nuances envolvidas naquele momento histórico.

## **2.1 Local de pesquisa**

Escolheu-se como local de pesquisa dois municípios pertencentes a região metropolitana de Manaus (RMM) localizados na região leste do Estado do Amazonas, os quais tem como principal ligação atual com a capital do estado, a recém inaugurada Ponte Rio Negro<sup>3</sup>.

Delimitaram-se os próprios municípios como local de pesquisa, pois instituições físicas como Secretarias, Centro de Referência Especializado Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelares (CT), Ministério Público (MP) e Juizados foram consideradas antes locais

---

<sup>3</sup> Dados acessados em 12 de abril de 2012 em <http://www.amazonas.am.gov.br/2011/>: A Ponte Rio Negro é uma ponte estaiada da rodovia AM-070. Inaugurada em 24 de outubro de 2011, com um custo de 1,099 bilhão de reais.

parceiros para a efetivação do estudo, posto caber-lhes o papel de fornecedores de dados sobre os jovens, espaço para a realização das entrevistas e apoio logístico dentro do município, que locais de pesquisa em si. A relevância dessas instituições, entretanto, é ímpar para compreensão do Sistema de Garantias de Direito (SGD) e por essa razão analisou-se seu papel e atuação no capítulo de Apresentação de Resultados e Discussão.

A escolha dos municípios justifica-se por vários fatores, dentre eles: a facilidade de acesso ao campo; os vínculos já estabelecidos entre a pesquisadora e as instituições pertencentes aos poderes públicos locais, após a mesma ter trabalhado na rede de atendimento à crianças e aos adolescentes em um dos municípios; o fato de ser natural deste mesmo município e, por fim, a importância de desenvolver estudos sobre a problemática em contextos não investigados anteriormente.

Buscou-se previamente dados gerais sobre a região. O último CENSO<sup>4</sup> apontou que o Estado do Amazonas como um todo possui 2.812.557 habitantes em 58 municípios distribuídos em 1.570.745,680 km<sup>2</sup> de área. A população entre 12 e 18 anos de idade no estado é de 475.494 adolescentes. Grande parte dessa população jovem encontra-se na capital do Estado, no entanto o número e principalmente situação de violência em que estão envolvidos os jovens no interior do Estado não pode ser desprezado, daí a necessidade de lançar o olhar de pesquisa para esses locais.

O primeiro município pesquisado foi denominado para fins dessa pesquisa como “Cidade Abacaba”. Além de se referir a uma fruta local típica da região Amazônica, tal expressão também é uma gíria regional que significa numa livre tradução, algo *inverídico*, que *não tem validade* ou *não funciona*. A gíria foi usada por um dos jovens pesquisados para se referir a atuação do SGD do seu município.

Abacaba possui cerca de 85.141 habitantes, sendo que desse total há estimativa de mais de 20.833 jovens entre dez e dezenove anos. O município possui território de 7.330,066 km<sup>2</sup> e registro histórico de que a área era habitado por índios da etnia mura. Administrativamente a lei n.º 148, de 12 de agosto de 1865 reconheceu e nomeou a localidade que posteriormente veio a constituir este município, o qual foi elevado à condição de cidade pelo ato estadual nº 1639, de 16-07-1932, data que comemoração oficial de seu aniversário<sup>5</sup>.

O segundo município pesquisado será doravante chamado de Cidade ou Município “dos Oncinhas”, devido identificação por um membro do sistema de conselhos e por um membro da comunidade à família de um dos entrevistados. O apelido, de cunho pejorativo,

---

<sup>4</sup> Censo 2010.

<sup>5</sup> Ib.

justificava-se pelo fato da família estar em constante envolvimento com atos de violência, provocando medo e evitação por parte da comunidade, à semelhança de verdadeiras onças.

A população do município dos Oncinhas é de cerca de 40.781 habitantes, contabilizando um total de 9.360 jovens de ambos os sexos com faixa etária entre dez e dezenove anos de idade (CENSO do IBGE 2010)<sup>6</sup>. Quanto aos dados históricos, suas origens se prendem aos municípios de Manaus e Abacaba, pois em 1981, é desmembrado de Manaus e, acrescido de território adjacente até então pertencente a Abacaba, passando a constituir município autônomo. Tal desmembramento se deu ligado à implantação da Zona Franca de Manaus e seu Distrito Industrial, que proporcionou a reativação da economia do município, florescendo em sua periferia vários núcleos populacionais, dentre eles o município dos Oncinhas com um total de 2.214,250 km<sup>2</sup> de área da unidade territorial.<sup>7</sup>

Para encontrar dados sobre juventude e infrações específicos dos dois municípios pesquisados, buscaram-se informações primeiramente junto ao Sistema Socioeducativo do Amazonas. Esse sistema vincula-se administrativamente à Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SEAS) e tem como órgão gestor a GEASE (Gerencia de Atendimento Socioeducativo), vinculado por sua vez ao Departamento de Proteção Especial/Departamento da Criança e do Adolescente (DCA). Após o devido processo legal, esse órgão é responsável pela execução de todas as medidas aos adolescentes autores de ato infracional, à exceção da Advertência e Obrigação de Reparar Danos. A principal função da GEASE nos municípios é monitoramente da execução dessas atividades e organização do sistema de dados de todo o Estado. Os dados encontrados nesse órgão sobre os adolescentes dos municípios serão descritos no tópico seguinte: Participantes da pesquisa.

## 2.2 Participantes

Quanto aos sujeitos participantes dessa pesquisa, buscaram-se todos aqueles atores sociais relevantes aos objetivos propostos, sendo, portanto, o universo de adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) nos municípios de *Abacaba* e *dos Oncinhas*. Dentre as seis medidas estabelecidas pelo Estatuto com caráter de maior permanência apenas essas duas

---

<sup>6</sup> <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm> acessado em 14 de abril de 2011.

<sup>7</sup> Censo 2010.

últimas são praticadas nos municípios pesquisados, pois a internação e semi-liberdade apenas ocorrem na capital.

Dados gerais sobre adolescência e o fenômeno da infração mostram que no Brasil, a população de adolescentes chega a aproximadamente 25 milhões (15% do total da população), a região norte apresenta 6,5% desse percentual e o Amazonas menos de 2%. A população de adolescentes cumprindo medida socioeducativa no país é de quase 40.000, ou seja, aproximadamente 0,2% do total. Na região norte, o percentual está em torno de 32% do total do país e no Amazonas menos de 2% (BRASIL, 2006; COSTA e OLIVEIRA, 2008, COSTA, 2007).

Como citado, buscou-se a GEASE, subordinado a Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado, para coletar informações específicas sobre o quantitativo de jovens cumprindo medidas de PSC e LA dos dois municípios. Entretanto, essa busca mostrou-se frustrada, pois as informações fornecidas por esse órgão referia-se apenas a cidade de Manaus e não apontavam nenhum dado sobre medidas executadas nos dois municípios em questão. Assim, relatórios impressos concedidos em abril de 2011 pela GEASE, apontam que entre os meses de janeiro a dezembro de 2009 havia 1.051 adolescentes cumprindo as medidas de PSC e LA na cidade de Manaus e no ano de 2010 esse total chegou há 1.200, indicando aumento no número de adolescentes em cumprimento das duas medidas. Ainda sobre a cidade de Manaus observou-se que as medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade são executadas através de parcerias, em pólos descentralizados nas zonas Sul, Leste, Oeste e Norte da cidade e contam com em sua execução com parcerias de ONGs e instituições filantrópicas.

Apesar de não se encontrarem dados sobre as medidas nos municípios, pode-se ter acesso a um quadro estatístico impresso fornecido pela GEASE, enfocando a ocorrência de quantidade de adolescentes infratores na delegacia local desta cidade, destinada a adultos. Esse quadro informava apenas o número de ocorrências envolvendo adolescentes no município de Manacapuru, apontando que entre os meses de janeiro a agosto de 2010 um total de 291 adolescentes estiveram envolvidos com alguma espécie de denúncia de infração sem, no entanto, qualificar esses possíveis atos infracionais ou o direcionamento dado ao caso. Quanto ao município *dos Oncinhas* não havia quaisquer tipo de dados específicos sobre os jovens, infrações e/ou sistema socioeducativo.

De acordo com essas informações dadas pela GEASE a partir do segundo semestre de 2011, o órgão iniciaria a pesquisa pelos dados referentes aos municípios do interior do Estado, gerando um futuro banco de dados com maior precisão. Devido a precariedade de

informações fornecidas pelo órgão gestor no Estado sobre os jovens cumprindo medidas nesses dois municípios, partiu-se em busca de dados para pesquisa em órgãos como Conselho Tutelar, Juizados, CRES e Ministério Público dos próprios municípios pesquisados como descritos nos tópicos abaixo.

### 2.2.1 Jovens da Cidade “Abacaba”

Realizou-se uma busca inicial em julho de 2011 no município Abacaba na tentativa de encontrar informações ou estimativas norteadoras quanto aos sujeitos da pesquisa. A busca se deu junto a instituições como Conselho Tutelar, Ministério Público, Juizados locais e Secretaria de Assistência Social, locais onde foram recolhidos apenas informações orais e dados estimados sobre os adolescentes e jovens que cumprem ou cumpriram nos últimos doze meses do ano de 2010 as medidas de PSC e LA.

Segundo funcionário administrativo do Ministério Público o universo de adolescentes cumprindo PSC e/ ou LA em 2010 estava em nove (09), entretanto mais uma vez esses dados não foram apresentados em forma de relatório oficial e por escrito, mas apenas como informação oral. Além disso, cada uma das instituições buscadas apresentou uma estimativa própria, sem, no entanto, informá-la de maneira contundente e documentada à pesquisadora.

Em agosto de 2011, após autorização dos juízes locais, obteve-se acesso a todos os processos do município envolvendo jovens e atos infracional de uma das varas do município. Através desses processos foi possível constatar, como anunciado em diálogos informais com os técnicos do SGD, que não havia jovens cumprindo medidas socioeducativa desde 2010. Um dos promotores de justiça forneceu também um banco de dados eletrônico, iniciado em fevereiro de 2011, com cerca de vinte e um (21) nomes de jovens para quais se sugeria medidas socioeducativas, entretanto nenhum dos casos havia sido determinado uma medida em si pelos juízes.

Partindo-se dessas informações, optou-se então por entrevistar jovens que sabidamente tivessem cumprido medida de PSC e/ou LA em qualquer momento naquele município. A partir de informações da coordenadora do CREAS, a qual também já exercera mandato de conselheira tutelar, foi possível encontrar dois (02) jovens que haviam cumprido a medida de LA entre os anos de 2008 e 2009 e ainda residiam em Abacaba. As entrevistas foram realizadas em uma sala do CREAS entre os meses de março e abril de 2012. Abaixo segue quadro com alguns aspectos relativos aos sujeitos:



SUJEITOS	A1	A2
<b>IDADE À ÉPOCA DA ENTREVISTA</b>	21 anos	22 anos
<b>SEXO</b>	M	M
<b>ESCOLARIDADE</b>	Ens.fund. Incompleto*	Ens. Fundam. Incompleto*
<b>IDADE A ÉPOCA DA INFRAÇÃO</b>	17 anos	16 anos
<b>MEDIDAS</b>	Internação e LA	Internação e LA

\* Não estava estudando no momento da entrevista.

### 3.2.2 Jovens da “Cidade dos Oncinhas”

Após autorização do juizado local, foram concedidos relatórios onde constavam o nome e endereço de quatro jovens (04) em cumprimento de medida socioeducativa de PSC e LA no município.

De posse desse relatório buscou-se em julho de 2012 parceria com Conselho Tutelar e CREAS para realização das entrevistas. Diante da dificuldade de acesso aos CREAS naquele momento da pesquisa, pois funcionava apenas no período matutino e seus profissionais estavam constantemente em atividades externas ao prédio, recorreu-se ao CT para o apoio logístico dentro da cidade.

A presidente do CT autorizou verbalmente o apoio, concedendo uma sala para entrevista, um veículo para o transporte dentro do município e a liberação de um membro do Conselho Tutelar, que se dispôs a buscar os endereços junto com a pesquisadora. Apenas um dos jovens entrevistados era oriundo do relatório do cartório, o outro jovem foi apontado pela conselheira tutelar como descrito no capítulo **Apresentação de Resultados e Discussão- Descrevendo o contexto da pesquisa: As cidades além-rio**. Assim, com o apoio dessas instituições foram entrevistados dois jovens como descritos abaixo:

<b>SUJEITOS</b>	<b>01</b>	<b>02</b>
<b>IDADE À ÉPOCA DA ENTREVISTA</b>	16 anos	15 anos
<b>SEXO</b>	F	M
<b>ESCOLARIDADE</b>	Ens.fundam. incompleto*	Ens. Fundam. Completo
<b>MEDIDAS</b>	PSC	-

\* Não estava estudando no momento da entrevista.

### 2.3 Técnicas e procedimentos para coleta de dados

Como forma de acessar os objetivos junto aos sujeitos da pesquisa algumas técnicas de coleta de dados foram utilizadas. Discorrendo sobre as técnicas, Gonzalez Rey (2005), lembra que os instrumentos são meios pelo qual se provoca a expressão do outro sujeito, de forma aberta e comprometida, privilegiando a expressão deste enquanto um processo, estimulando a produção de sentidos de informação, e não sendo mera via de produção de resultados. Nesse sentido e diante do referencial sócio-histórico esboçado anteriormente, foram escolhidos instrumentos que levassem ao alcance dos objetivos, como a técnica de entrevista semi-estruturada individual (Anexo2) e de análise documental.

Em um primeiro momento, postulou-se a possível utilização de um questionário padronizado, entretanto, após aplicação desse instrumento num estudo piloto com jovens, descartou-se seu uso. A não utilização desse instrumento se deve a fatores como: os dados produzidos distanciavam-se dos objetivos desse trabalho, dificuldade de entendimento de algumas questões pelos jovens e o cansaço provocado pelo número de questões a serem respondidas.

#### 2.3.1 Técnica de Análise Documental

Foram obtidas informações acerca da história pessoal do jovem, dados familiares e trajetória de ingresso às atividades infracionais nos processos judiciais fornecidos pelos cartórios dos dois municípios. Entretanto, as descrições contidas nos processos apresentaram-se bastante diferentes nos dois municípios: em *Abacaba* os processos pouco relatavam dados

familiares, incluindo-se a falta de dados telefônicos e endereços incompletos, trajetória de vida e infracional, resumindo-se em relatar as a infração em si; na cidade *dos Oncinhas* os processos continham maior volume de dados sobre a história pessoal e familiar e quando os jovens haviam passado por internação em Manaus, também continham relatos resumidos de técnicos do sistema de internação.

Decorrente do não acesso aos processos dos jovens que de fato foram entrevistados em *Abacaba*, contou-se com o relato oral dos técnicos que acompanharam o caso à época da infração e posteriormente na determinação da medida de LA. Com isso, buscou-se evitar algum tipo de desconforto dos jovens em relatar fatos relacionados ao ato infracional.

### 2.3.2 Técnica de Entrevista

Como instrumento privilegiado aos segundo os objetivos da pesquisa, um roteiro de entrevista semi-estruturada (Anexo 1) foi aplicado de forma individual e em profundidade com cada um dos quatro cada sujeito da pesquisa.

A entrevista qualitativa manteve coerência com o olhar sócio-histórico, pois forneceu dados para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e o fenômeno processual no qual estão envolvidos. Acerca desse pensamento, Gunther (2006) afirma que “a entrevista em pesquisa qualitativa visa a compreensão parcial de uma realidade multifacetada concernente a tempo e contexto sócio-histórico específicos” (p. 147). Seguindo essa linha, Souza (2006) afirma que entrevista na pesquisa qualitativa de cunho sócio-histórico é marcada pela dimensão do social, não se reduzindo a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica. Assim os sentidos na pesquisa sócio-histórica são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado.

Diversos autores sinalizam que a entrevista semi-estruturada individual segue um roteiro ou guia para aprofundamentos emergentes, facilitando assim o surgimento dos sentidos e não priorizando a rigidez escravizantes da ordem das perguntas e do fechamento a cerca dessas (MINAYO, 1994; BAUER e GASKELL, 2002; GONZALEZ REY, 2005). Assim o instrumento da presente pesquisa seguiu como exposto acima um roteiro com vistas a obter informações a partir dessa interação dialógica entre entrevistador e entrevistado e o

estímulo a produção livre e profunda da fala desse último, sem, contudo prescindir do roteiro atrelado aos objetivos elencados anteriormente.

Possuindo a entrevista semi-estruturada individual as características imprescindíveis para dados em pesquisa qualitativa, pois como lembra Günther (2006) favorece a construção de relações intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado, ou seja, edifica interações entre a presente pesquisadora e os jovens cumpridores de medidas socioeducativas desses municípios que facilitem a compreensão do potencial protetivo, foram elaborados questões (anexo II) baseadas nos quatro objetivos (dois deles ligados a proteção e dois relativos a vulnerabilidade) da pesquisa.

O roteiro de entrevista foi composto pelos seguintes eixos temáticos, tendo como base os objetivos da pesquisa:

- Questões sobre possíveis aspectos de vulnerabilidade psicossocial;
- Questões sobre possíveis processos de vulnerabilidade à infração;
- Questões sobre processos de proteção à infração;
- Questões sobre processo de proteção à infração no contexto das medidas de PSC e LA.

Antes da aplicação da entrevista nos municípios foi realizado um estudo piloto, em outubro de 2011, com um jovem que cumpria medida de LA no pólo descentralizado da zona sul de Manaus com o objetivo de identificar possíveis necessidades de ajustes das questões desse instrumento. Após a entrevista piloto, modificou-se alguns termos de modo a facilitar a inteligibilidade e compreensão por parte dos entrevistados. A partir desses ajustes as entrevistas semi-estruturadas foram realizadas entre os meses de março e julho de 2012 diretamente pela pesquisadora e gravadas a partir do consentimento (anexo 2 e 3) dos sujeitos e, quando cabia, seus responsáveis tanto na cidade *Abacaba* quanto *dos Oncinhas*. Todo material gravado foi transcrito, sendo tratado preponderantemente através do método da *Grounded Theory*.

### **3.4 Método de Tratamento dos dados**

O vasto volume de dados obtidos através das entrevistas e análise documental foi submetido à sistematização e tratamento qualitativo, gerando categorias e hipóteses sobre o fenômeno proposto. Tal sistematização e tratamento deu-se “através de um processo continuado, complexo e não-linear, no qual se procura identificar dimensões, categorias,

tendências, padrões e relações, os dados vão sendo trabalhados e seus significados desvendados” (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1998 apud FERREIRA 2002, p. 71), em consonância com a perspectiva teórica, epistemológica e metodológica adotada

As dimensões, categorias, hipóteses e relações geradas pela análise ocorreram a partir da compreensão da subjetividade dos jovens engendrada nos fenômenos sociais daqueles municípios. Nesse sentido, Costa (2007) argumenta que a análise da subjetividade, perpassa necessariamente os valores, crenças, hábitos, interações e das emoções dentro de um contexto cultural, entendendo por cultura um sistema de significados que servem de guia para a ação, para a experiência e para a conduta social.

Compreendeu-se então que quando aqueles jovens falaram de sua experiência, de sua visão de mundo, esta construção expressou um contexto societal e histórico mais amplo, onde as narrativas produzidas são constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais suas biografias se enraizaram. Tal aspecto corresponde ao que Bauer e Gaskell (2002) afirmam, defendendo que o objetivo amplo da análise é a procura por sentidos e compreensão, indo além da aceitação do valor aparente da fala que constitui os dados em busca por temas com conteúdo comum e pelas funções destes temas (p. 85).

Mantendo o olhar sobre o fenômeno em sua unicidade e construção histórica de modo a tecer as considerações que levem em conta a complexidade multifacetada, optou-se por analisar os dados emergentes a partir de uma adaptação de dois métodos de tratamento qualitativo: a Análise de Conteúdo e a *Grounded Theory*. A adoção de procedimentos que combinassem estes dois métodos de análise, justifica-se pela possibilidade de identificar categorias, as quais permitem a geração de hipóteses ou mesmo teorias que ampliem e não finalizem a discussão sobre o fenômeno.

A Análise de Conteúdo, favoreceu a realização de uma sistematização inicial dos conteúdos gerados através dos instrumentos de coleta, construindo-se as primeiras categorias analíticas. Segundo Costa (*ib.*):

a análise de conteúdo consiste em uma técnica que permite inferências a partir de um texto concreto ao seu contexto social através de procedimentos de análise sistemáticos, explicitáveis e replicáveis, reduzindo a complexidade dos textos através de uma classificação sistemática. Permite estabelecer unidades textuais, convertendo grande quantidade de material em dados manejáveis, permitindo alcançar uma representação simbólica, permitindo ir além de formalismos estatísticos sobre o material qualitativo. Esta técnica tem possibilidade especial na apreensão de tipos, qualidades e distinções a partir de dados textuais complexo, favorecendo a construção de indicadores de visão de mundo, valores, atitudes, preconceitos, estereótipos, juízos, impressões (2007, p. 102).

Através dessa modalidade de análise, buscou-se detectar temas iniciais, aos quais posteriormente sofreram processo de codificação e categorização. Como sugere Bardin (1998) a utilização da técnica envolve vários passos:

- pré-análise: 1) organização dos dados através de exaustivo processo de leitura e checagem do material em termos de saturação, representatividade, homogeneidade e pertinência; 2) revisão dos objetivos da pesquisa pós coleta do material; 3) elaboração dos indicadores que orientarão o trabalho interpretativo (temas) articulando o dado gerado ao referencial teórico.
- exploração dos dados: 1) processo de transformação dos dados brutos em núcleos compreensivos; 2) classificação e agrupamento dos dados, segundo os temas emergentes.
- tratamento dos resultados/interpretação: estabelecimento de nexos interpretativos ao conteúdo, visando dimensões subjacentes ao dado manifesto, de modo a ampliar a compreensão do fenômeno estudado.

Segundo Bauer (2002), a Análise de Conteúdo é útil na reconstrução de “mapas de conhecimento” à medida que eles estão corporificados em textos. As pessoas usam a linguagem para representar o mundo como conhecimento e autoconhecimento. Contudo, para reconstruir o conhecimento sobre proteção e vulnerabilidade no contexto das medidas, necessitou-se ir além da classificação das unidades do texto, orientando-se na direção de construção de redes de unidades de análise para representar o conhecimento e não apenas por elementos, mas também em suas relações

Essas relações puderam ser melhor trabalhadas por meio da *Grounded Theory*, posto que as categorias geradas na análise de conteúdo passaram a corporificar hipóteses, que por sua vez sofreram comparações constantes e geraram conhecimento discutido nesse trabalho. Assim, a primeira estratégia detectou temas iniciais, os quais posteriormente sofreram processo de codificação e categorização através do método complementar.

Ao discorrer sobre a operacionalidade da *Grounded Theory*, Costa (2007) lembra que essa metodologia avança na possibilidade de estabelecer comparações constantes entre as hipóteses que vão se delineando ao longo das análises parciais, de modo a gerar uma teoria, ou mesmo o aprofundamento de teorias já existentes, a partir da análise comparativa e sistemática dos eventos (dados) relacionados, sendo, portanto, o avanço esperado via utilização desta.

A *Grounded Theory* tem como precursores, os cientistas sociais Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss, que na década de 60 sistematizaram essa metodologia e através do livro

*The Discovery of Grounded Theory* de 1967 articularam as estratégias e desenvolvimento de teorias a partir de dados coletados pela própria pesquisa, em vez de deduções a partir de teorias pré-existentes. Também defendiam que o método que propunham opunha-se a tradição positivista em pesquisa que vigorava na época, propondo à análise qualitativa, lógicas próprias que fossem capazes de gerar teoria, buscando assim explicações teóricas abstratas dos processos sociais (CHARMAZ, 2009).

Para Glaser & Strauss (1967) os principais pressupostos *Grounded Theory* são: o envolvimento simultâneo na coleta e análise dos dados; a construção de códigos e categorias analíticas a partir de dados e não de hipóteses pré-concebidas; a utilização de métodos comparativos constantes durante cada etapa de análise; o avanço no desenvolvimento da teoria em cada passo da coleta de e da análise dos dados; a redação de memorandos para elaboração das categorias, especificando suas propriedades, determinando relações entre as categorias e identificando lacunas; amostragem dirigida à construção da teoria e não visando a representatividade populacional; revisão bibliográfica após o desenvolvimento de uma análise independente.

Dessa maneira, o método de comparação constante entre as hipóteses culminou na geração de hipóteses conceituais finais sobre o potencial protetivo e também sobre processos de vulnerabilidade segundo a fala dos jovens que cumpriram as medidas de PSC e LA nas cidades citadas, mas como lembra Costa (*ib.*) esses achados não constituiriam por si mesmos prova de hipóteses fechadas, posto que o que se pretende é gerar categorias conceituais e propriedades. Portanto, mais que buscar generalização dos resultados, busca-se na pesquisa identificar dimensões não conhecidas do fenômeno estudado.

## 2.5 Aspectos éticos

Em cumprimento aos procedimentos éticos necessários à realização da pesquisa, foi enviado ofício e projeto para quatro juízes das Comarcas dos dois municípios a serem pesquisados e para o Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (CEP-UFAM) (anexo 5) devidamente assinados pela pesquisadora e por sua orientadora, explicando os objetivos do trabalho e solicitando a autorização para sua realização.

Após parecer positivo dos juízes daquelas comarcas e do CEP-UFAM, buscou-se nos cartórios - seguindo indicação dos juízes- dados referentes aos jovens e o contato com os mesmos e/ ou seus responsáveis. Os critérios de inclusão dos participantes eram: ser

adolescente ou jovem de ambos os sexos, com idade a partir de 12 até 25 anos, cumpridores de medidas socioeducativa de PSC e LA no município em questão, que tenham iniciado o cumprimento da medida a partir do ano de 2008 até o ano de 2011. Esse critério se justificou pelo fato de se tentar ampliar o número de adolescentes e jovens cumpridores dessas medidas, devido a informação inicial de que em um dos municípios não havia adolescentes e jovens cumprindo medida desde o ano de 2010.

Para o recrutamento, houve um contato com os pais/responsáveis – quando menores de idade - e com as adolescentes para permissão da utilização dos dados e efetivação da pesquisa. O contato foi feito de duas formas: em alguns casos por telefone inicialmente, onde se agendou uma data que fosse melhor para o(a) mesmo(a) ser entrevistado(a) bem como para obter autorização junto ao responsável; outros foram contactados através de uma visita em sua residência apontada pelos processos do cartório, sendo abordado ao mesmo tempo os jovens e os responsáveis.

Foram explicados para os responsáveis e adolescentes/ jovens todos os passos da pesquisa, incluindo seus objetivos gerais e específicos. No aceite para participação, deu-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 2 e 3). A entrevista foi realizada em sala privada (sala do CREAS em um dos municípios e sala do Conselho Tutelar em outro município) e gravada mediante autorização destes (adolescentes/ jovens e responsáveis). Os responsáveis e adolescentes/ jovens foram informados ainda que, caso fosse de interesse dos mesmos, poderiam ter acesso ao resultado da pesquisa.

A pesquisa não interferiu na rotina dos atendimentos das duas instituições que cederam as salas, nem implicou na sujeição dos adolescentes/ jovens a procedimentos de risco, além da mobilização dos temas da entrevista, sendo ainda levada em consideração a vontade dos mesmos e de seus responsáveis para participar ou não, assim como para interromper o processo a qualquer momento.

Deve-se ressaltar ainda que o ambiente onde foi realizada a entrevista para coleta dos dados dos adolescentes/jovens não era estranho aos mesmos, sendo aferido anteriormente junto aos mesmos a concordância sobre o uso do espaço. Além disso, a pesquisadora possui experiência no trabalho com adolescentes/jovens vinculados à situações de violência, especialmente aqueles provenientes de camadas socioeconomicamente desfavorecidas, conforme estabelece o artigo 2º da resolução CFP nº 016/2000, que dispõe sobre a realização de pesquisa em psicologia com seres humanos:



2º - A avaliação do risco na pesquisa com grupos vulneráveis ou em situação de risco (por exemplo, crianças e adolescentes em situação de rua, moradores de rua, habitantes de favelas e regiões periféricas das cidades, entre outros), deverá ser feita somente por pesquisadores e profissionais que conheçam bem a realidade dos participantes e tenham experiência de pesquisa e trabalho com esses grupos.

Foram tomadas ainda as precauções necessárias para que os adolescentes/jovens envolvidos na pesquisa em questão não fossem identificados: não foi utilizado o nome dos mesmo, datas e localizações que pudessem identificar também foram omitidas, bem como detalhes cuja omissão não compromettesse o objetivo deste estudo.

Os resultados e análise dos dados desta pesquisa, de acordo com a metodologia abordada neste capítulo serão abordados a seguir.

## CAPÍTULO 3

### 3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para organizar a discussão dos resultados encontrados, esse capítulo será dividido em duas partes. A primeira relata de forma livre as impressões da pesquisadora sobre o contexto pesquisado, sendo o tópico denominado: **Descrevendo o contexto da pesquisa: As cidades além-rio**. Num segundo momento serão discutidos os dados das entrevistas dos jovens em si, no tópico **Contextos de vulnerabilidade e proteção das cidades além-rio**.

#### 3.1 Descrevendo o contexto da pesquisa: As cidades além-rio

##### 3.1.1 Cidade “Abacaba”

A imersão no campo teve início neste município no mês de julho de 2011. A pesquisadora e uma auxiliar de pesquisa ouviram relatos dos técnicos sobre a situação do Sistema Sócio-educativo local nos últimos anos. A preferência por iniciar a coleta de dados nesse município pode ser atribuída a fatores como, dentre os dois municípios pesquisados, apresentar a maior distância em relação a capital e pela suspeita prévia da situação precária em que se encontrava o *Sistema de Garantia de Direitos* naquela localidade, daí a necessidade se dispor, a princípio, de maior tempo para a coleta local.

Os profissionais ligados ao SGD dispensaram grande atenção as indagações e solicitações da pesquisadora durante todo o processo de coleta de dados. Tais profissionais já mantiveram relação de trabalho anterior com a mesma na época em que atuava na Secretaria de assistência social do mesmo município, acreditamos então ter essa relação prévia facilitado o acesso ao campo e dados dos jovens, além da possibilidade de ouvir relatos sobre as angústias quanto ao Sistema Sócio-educativo naquele momento.

Os relatos em forma de desabafo de alguns desses profissionais estavam ligados ao fato de não ter sido decretado nenhuma medida sócio-educativa nos dois últimos anos para jovens que tinham processos em andamento nas duas Varas da comarca, gerando desconforto e descrédito, segundo os mesmos, em seu trabalho. Um dos promotores do município indagava-se não compreender a falta de determinações judiciais para cumprimento de medidas sócio-educativas dado o volume de adolescentes com indicação em seus processos nos cartórios. Já a coordenadora do CREAS queixou-se da ameaça de perda de verbas destinado ao acompanhamento de jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas devido a inexistência desses no município, ao mesmo tempo em que ressaltava o fato que os adolescente não temiam os processos judiciais porque sabiam ‘que não ia dar em nada’.

A queixa generalizada dos profissionais provenientes dos Poderes Executivo e Judiciário sobre a desassistência, desorganização e dificuldade a qual estava submetido o Sistema sócio-educativo do município revela o olhar dos mesmos sobre a fragilidade existente no SGD local, pois tal realidade atravessou todo o procedimento de coleta de dados, estando inclusive presente nas entrevistas com jovens, como será apresentado posteriormente. Era recorrente o discurso de que não o Sistema ‘não funcionava’ ou simplesmente não existia, já que as medidas não eram determinadas pelos juízes competentes e o acompanhamento por profissionais da assistência social, portanto também não era realizado.

Além disso, os profissionais ligados ao Poder executivo municipal apontavam o regime de insegurança funcional sob a qual trabalhavam, posto a constante mudança do chefe do executivo decretado pela Justiça. Assim que havia a mudança de prefeito na cidade também eram modificados todos os profissionais do CREAS, como de outros programas e secretarias. Dessa maneira, relatavam que o trabalho parecia estar sempre ‘recomeçando’, assim como viam suas ações dificultadas pelo desaparecimento de informações e documentos dos assistidos dos ambientes de trabalho.

Diante dessas informações solicitamos das autoridades pertinentes acesso a quaisquer documentos relacionados aos jovens em conflito com a lei para visualizarmos algo para além do discurso queixoso. A auxiliar de pesquisa obteve então em agosto de 2011 acesso a todos os processos envolvendo jovens e atos infracional de uma das varas do município. Nesses constavam informações detalhadas sobre o ato em si, mas pouca ou nenhuma informação sobre a história de vida do adolescente e até mesmo faltavam dados de identificação como telefones de contatos dos responsáveis.

O trabalho da coleta encontrava maiores dificuldades, pois a única forma de estabelecer o primeiro contato com esses jovens seria então contar com auxílio de guias

locais. Além do mais, os processos confirmavam a fala dos técnicos: nenhum jovem estava cumprindo medida socioeducativa, a razão disso, seria na fala de um funcionário administrativo do cartório o ‘excesso de processos que dificultava o despacho dos juízes’ e o fato de que esses processos ‘não eram prioridade’. O promotor, por sua vez, mostrou à auxiliar de pesquisa um banco de dados eletrônico, iniciado em fevereiro daquele ano, com cerca de vinte e um (21) nomes de jovens que o Ministério Público sugeria a aplicação de medidas, entretanto, mais uma vez, nenhum deles estava de fato cumprindo medida sócio-educativa.

Partindo-se dessa realidade local, buscamos jovens que cumpriram medidas em anos anteriores, mesmo que essas medidas já tivessem finalizado. Esses jovens foram apontados pela coordenadora do CREAS, a qual também já exerceu mandato como conselheira tutelar e possuía informações gerais sobre jovens em conflitos com a lei nos últimos anos no município. Os dois jovens sugeridos para entrevista cumpriram (ou deveriam ter cumprido) em anos anteriores medida sócio-educativa em meio aberto no município logo após o fim do período de internação em Manaus. Não foi fornecido pelo CREAS nenhum tipo de documentação escrita (como relatório, por exemplo) desses dois jovens, mas apenas indicação do endereço e/ ou número de celular, além de breve relato oral da história de vida desses jovens. Entretanto, houve apoio irrestrito para deslocamento dentro do município, tendo sempre a pesquisadora a companhia da coordenadora ou de assistente social do CREAS para a visita a residência dos jovens, assim como a concessão de sala para que as entrevistas fossem realizadas.

Dessa maneira, foram entrevistados dois jovens que foram sentenciados com medidas socioeducativas de PSC e LA (cumpriram ou deveriam ter cumprido) as medidas de PSC e LA) no município “Abacaba” nos anos de 2008 e 2009. Alguns dados sobre a história de vida e sobre a infração que levaram a internação de ambos os jovens já eram do conhecimento da pesquisadora, pois a internação ocorreu no período em ainda atuava no município como psicóloga, tendo assim conhecimento superficial sobre alguns aspectos. As entrevistas aconteceram nos meses de março e abril de 2012 nas dependências do CREAS do município.

### 3.1.2 Cidade “dos Oncinhas”

Neste município a pesquisa de campo teve início em abril de 2011, após ter recebido informação telefônica de que as autoridades locais cabíveis estariam naquela comarca em

determinado dia. Devidamente autorizada por essas autoridades da cidade (anexo 4) iniciei a coleta de dados, que já incluiu o contato com os mesmos, que fizeram breves relatos sobre a situação do Sistema Sócio-educativo no município. Foi informado que naquele momento havia alguns jovens cumprindo medida sócio-educativa de PSC e LA sendo que grande parte das infrações estavam relacionados com o tráfico de drogas e situações de violência entre jovens. Destacou-se também a necessidade de serem realizados trabalhos psicossociais preventivos com juventude no local.

O passo seguinte consistiu na busca dos dados de jovens cumprindo medidas sócio-educativas. Assim, buscou-se relatos orais dos técnicos daquele município sobre a situação do Sistema Sócio-educativo e a história dos jovens, mas não obteve êxito. Dificuldades diversas se interpuseram no processo: encontros agendados com profissionais não foram cumpridos, o horário de funcionamento da promotoria não coincidia com o turno em que a auxiliar de pesquisa estava na cidade.

Quanto às instituições que a priori mantêm maior contato com a comunidade, como o CREAS e o Conselho Tutelar, também não foi possível o acesso as essas informações, seja pela ausência da coordenadora na primeira instituição ou pedido de documentação da pesquisa –que no momento a auxiliar não estava de posse- na segunda. No entanto, a auxiliar obteve acesso a quatro processos fornecidos pelo cartório, dos quais anotou alguns dados para posterior contato e entrevista. Chamou sua atenção o fato desses processos conterem a medida sócio-educativa aplicada e em alguns casos apresentarem informações sobre a história de vida dos adolescentes descritas por profissionais do Centro Dagmar Feitosa e Manaus, já que alguns deles haviam sido internos dessa instituição.

De posse de um pequeno resumo do caso, números de telefones e endereço dos jovens a pesquisadora buscou auxílio do CREAS para realização das entrevistas. Em julho de 2012, realizou-se contatos telefônicos com coordenadora do CREAS, mas a mesma informou não ter conhecimento sobre nenhum adolescente cumprindo ou que já tivesse cumprido medida sócio-educativa na cidade *dos Oncinhas*. Também afirmou não poder receber a pesquisadora pessoalmente por ter programação externa ao CREAS durante vários dias. Com a negativa buscamos auxílio do Conselho Tutelar. O prédio do Conselho estava localizado logo acima do CREAS e nos dias e horário (geralmente vespertino) que as pesquisadoras dirigiam-se ao Conselho, percebeu-se que o CREAS estava fechado. A secretaria administrativa do Conselho Tutelar informou que o CREAS funcionava apenas no período matutino.

No dia seguinte após tal contato telefônico me dirigi para a cidade e, apesar não ter marcado o encontro, fui recebida por uma das conselheiras tutelares de plantão. A mesma

acenou positivamente no sentido de auxiliar a pesquisadora, disponibilizando-se a procurar os endereços e concedendo uma sala para a realização das entrevistas. Buscamos o aval da presidente do conselho a qual autorizou a realização da pesquisa no local, entretanto solicitou que ocorresse no horário da tarde, pois o Conselho em geral era ‘mais calmo’ nesse turno. Compareci no horário acordado e na Kombi do Conselho partimos em busca dos endereços. Dos quatro endereços fornecidos pelo cartório, dois não foram encontrados, após exaustivas horas de busca por bairros populares, onde percorremos ruas sem asfalto e em grande parte sem iluminação pública. No terceiro endereço descrito pelo cartório encontramos a mãe da jovem que por sua vez indicou um outro endereço onde a mesma morava com a família do atual companheiro. A genitora afirmou ainda que a guarda da adolescente pertencia ao pai e não a ela. Não encontramos com a jovem naquele dia, posto não se encontrara na residência indicada naquele momento, sendo que seu paradeiro não era sabido naquele instante. O quarto endereço contido no relatório fornecido pelo cartório não foi pesquisado devido a problemas de saúde (enxaqueca) alegados pela conselheira que nos direcionava e porque o horário aproximava-se das dezessete horas, tornando-se arriscado frequentar o bairro descrito no endereço, posto ser área de consumo e venda de droga segundo a conselheira.

Dois dias após o contato inicial e autorização dos responsáveis entrevistei a adolescente em sala concedida pelo CT. Em seguida entrevistei outro jovem que não constava no relatório fornecido pelo cartório, mas fora apontado pela conselheira que me acompanhava como adolescente que havia cumprido medida socioeducativa. Entretanto, durante a entrevista pode-se perceber em seu discurso que o jovem não havia cumprido de fato nenhuma medida, mas apresentava passagens pela polícia. Com o episódio e diálogo com conselheiros do município *dos Oncinhas* percebeu-se que havia certa dificuldade na compreensão sobre os conceitos de medidas socioeducativas e sua execução.

Apesar da colaboração da conselheira que se dispôs a acompanhar a pesquisadora em busca dos jovens não houve retorno ao quarto endereço do relatório. Em momento posterior não foi encontrado profissionais disponíveis realizar o acompanhamento dado a presença de poucos conselheiros na data devido ao regime de plantão em que trabalhavam.

### **3.2 O contexto de Proteção e Vulnerabilidade dos jovens das cidades além-rio.**

Visando abordar vulnerabilidade e proteção a partir das falas dos jovens, postulou-se quatro objetivos específicos, sendo respectivamente dois destinados a cada um dos aspectos.

Contudo, a fala dos jovens entrevistados - ou seja, do principal dado analítico desse trabalho, favoreceu o agrupamento dos quatro objetivos específicos em dois grandes eixos temáticos: processos de proteção e processos de vulnerabilidade, num evidente imbricamento natural dos processos. A discussão e visualização dos dados a partir desta junção não comprometeu o tratamento dos mesmos. Ao contrário, acredita-se assim expressar com mais propriedade a própria condição do fenômeno, bem como da imprevisibilidade e mesmo dialogicidade próprias das pesquisas qualitativas.

Dito isso, observou-se que as falas dos sujeitos a partir das duas categorias norteadoras (eixos temáticos) de proteção e vulnerabilidade possibilitaram o surgimento de subcategorias, as quais foram organizadas como processos de proteção ou vulnerabilidade em dimensões *socioestruturais, individuais e afetivo-relacionais* na trajetória de vida dos jovens. Tais subcategorias estão em sintonia com o referencial sócio-histórico e complexo, pois foram tecidas levando-se em consideração o interjogos das relações sociais e históricas imanentes. Compreende-se então que essas dimensões se interpenetram a todo o momento, não sendo possível muitas vezes delimitar com precisão a que dimensão, por exemplo, cabem exatamente determinados aspectos dado a unicidade do sujeito. Contudo, num esforço didático, Costa (2007) sugeriu compreendê-los a partir do seguinte entendimento:

**Dimensão individual:** relaciona-se aos aspectos ou atributos disposicionais ou de natureza singular/particular. São as características biológicas e psicológicas, tais como impulsividade, problemas de atenção, desordens cognitivas, abuso de drogas, auto-estima, autonomia, nível de atividade e sociabilidade, orientação social positiva, possuir inteligência de nível médio, competência em comunicação, locus interno de controle.

**Dimensão afetivo/relacional:** corresponde aos aspectos intersubjetivos, vinculados aos relacionamentos interpessoais e vivências afetivas implicadas nestes vínculos. Refere-se aos dados acerca da relação com familiares, influência dos pais, influências da cultura familiar, número de irmãos, suporte sócio-afetivo, presença/ausência de cuidadores, vínculos afetivos significativos, familiares, suporte emocional em momento de estresse, coesão familiar, ausência de conflitos, de negligência, rede de apoio social com recursos institucionais e pessoais, sistema de crenças e valores.

**Dimensão sócio-estrutural:** envolve os aspectos tais como recursos sócio-econômicos, escolaridade, recursos existentes na comunidade, condições de moradia, acesso a informações e serviços, emprego, etc. (2007, p. 123).

### 3.2.1 A Vulnerabilidade para os Jovens das Cidades Além-Rio

As falas produzidas pelos participantes continuam aspectos que foram agrupados como categorias de vulnerabilidade em suas vidas. Estas podem ser compreendidas como prevalecendo, didaticamente, as dimensões individual, afetivo-relacional e socioestrutural, mas

que de fato são indissociáveis e suas fronteiras por vezes imperceptíveis. Essas categorias podem ser melhor visualizadas através da tabela seguinte, as quais serão detalhadas em seguida:

<b>CATEGORIA</b>	<b>DIMENSÃO</b>
1. RELAÇÕES DE AMIZADE ERRÁTICAS	AFETIVO-RELACIONAL
2. USO DE DROGAS E ÁLCOOL	INDIVIDUAL E AFETIVO-RELACIONAL
3. DIFICULDADES ESCOLARES	SÓCIO-ESTRUTURAL E AFETIVO-RELACIONAL
4. RELAÇÕES CONFLITUOSAS E COMPORTAMENTO AGRESSIVO	INDIVIDUAL E AFETIVO-RELACIONAL
5. MIGRAÇÃO	SÓCIO-ESTRUTURAL
6. PRECARIEDADE DO SGD E INFRAESTRUTURA	SÓCIO-ESTRUTURAL
7. DESEMPREGO/ SUBEMPREGO	SÓCIO-ESTRUTURAL
8. DISPOSIÇÃO INTRAPSÍQUICA	INDIVIDUAL

1. Relações de amizade erráticas: agrupada dentro da dimensão afetivo-relacional as relações com pares/ outros jovens foi descrita de forma unanime pelos entrevistados como promotoras de vulnerabilidade em sua trajetória. Essas amizades, segundo os jovens, foram capazes de incentivar comportamentos violentos e hostis, uso de drogas e situações, muitas vezes, associadas ao crime. Os pares - chamados de “más companhias” ou amizades erradas- foram identificados como jovens que também estão/ estavam em conflito com a lei, tendo então como herança dessas relações o conflito e a “bandidagem”. São, dessa forma, relações significativas em seu desenvolvimento relacionado ao risco e vulnerabilidade.

Para psicólogos do desenvolvimento como Brandura (apud DAVIS, 2003), a necessidade de vinculação da juventude impele à associação com grupos de identificação e ressalta a importância da aprendizagem social através da imitação de modelos. São vínculos significativos onde ocorrem aprendizagem de valores, condutas, comportamentos e modelos de vinculação afetiva. Na fala dos jovens foi destacada a importância da vinculação com



outros jovens considerados “más-companhias” e o repertório que a eles se ligam para favorecimento da vulnerabilidade:

*E - Por que na tua opinião alguns jovens acabam se envolvendo com justiça, com a polícia?*

*Na minha opinião acho que....companhia né? Muitas das vezes por ter... procurado amizade das pessoas, as vezes tem uma amizade errada, (...) se eu não tivesse andado com ele talvez não teria acontecido isso. [...] Aí eu acho que na minha opinião mais as más influencias, más companhias, porque eu tava dormindo na minha casa e ele foi lá me chamar [...]Porque no caso se ele visse... eu dando...uma garrafada, batendo no cara com uma garrafa. Se fosse outro ele teria ido lá pelo menos pra apartar, ou sei lá pra me tirar, mas quando eu vi ele vinha com o pau maior de que (RIU) pra bater no cara (A1).*

*Assim, eu num gostava de procurar (briga) não. As vezes eu tava quietinho na minha aí o cara vinha aí se invocava porque tava com o pessoal que eu tinha rixa né. Assim tipo os meninos do mutirão não falava com o fulano do figueirinha ... porque eu conheço os meninos do mutirão aí vinho de lá e 'pow': me acertavam. (...) Ai o cara se pega na bandidagem mesmo. Se envolve com os meninos mais velhos que já tão tá ... um bocado já foi preso outros já saíram (A2).*

*[...] As meninas mexia muito aí eu não gostava que elas mexia com minhas colegas né? Aí eu defendia as minhas colegas mesmo, ia pra porrada com elas. [...] Papai ficou até com raiva de mim porque nesse dia minha colega queria que fosse com ela aí eu não tinha dinheiro e minha mãe tinha acabado de receber, aí eu vi onde ela tinha colocado o dinheiro dela aí eu peguei pra fugir com minhas colegas [...]Começou esses problemas quando eu conheci umas certas meninas que vivia brigando, atrás dos outros . Elas são aqui mesmo do bairro (O1).*

*E - E no teu caso? O que aconteceu?*

*Eu acho que..por causa que...de alguns amigos meus. Incentivo e foi no que deu (O2).*

*O que eles te incentivavam a fazer? (E).*

*É tipo....usar drogas..me meter....E agressivo (O2).*

*E eles eram da tua idade? (E).*

*Tem uns que eram da minha idade, tem uns que eram mais velhos (O2).*

*E- Eles já tinham se metido com problemas?*

*Já” (Trecho de entrevista com O2).*

2. Uso de álcool e drogas: todos os jovens associaram o uso de álcool e outras drogas – maconha, pasta base de cocaína e cola- como facilitadora das situações conflituosas e das infrações, mesmo que esse uso seja por terceiro (amizades erráticas). Essa dimensão a princípio classificada como individual, mostra-se na fala dos jovens seu caráter também relacional, a medida que certas relações de amizade são fortemente determinantes para sua experimentação e continuidade do uso. Nesse sentido, essa categoria atravessa as duas dimensões, pois se presentifica num interjogo de disposição individual e influencia que alguns jovens usuários passam a manter sobre esses jovens, culminando no uso baseado em escolhas do grupo a que se vinculam.

Seguindo o referencial aqui adotado, a psicologia sócio-histórica aponta que ideologias como a neoliberal, marcadamente presente na subjetividade de jovem desse século, tende a individualizar processos que são, antes, coletivos (BOCK, 2001). São processos de vulnerabilidade construídos, sobretudo, na relação dialógica com a comunidade a que se vincula, posto culminarem na maior disponibilidade ao uso de drogas e álcool a partir da oferta dos jovens mais velhos. Isso é observado nos relatos dos jovens abaixo:

*E – Tu tinha bebido quando furou a menina?*

*A1 – (assentindo) Uhum.*

*E – Por que tu furou a menina?*

*A1 – Foi porque minhas irmãs foram comprar churrasco. Aí tá né ela vinha muito doida, ela vinha com uma garrafa de cerveja aí quando minha irmã gritou, aí eu bati a garrafa da mão dela. Aí aquela raiva subi porque eu tava bêbada.*

*E – Quando tu começou a ter esses problemas?*

*O2 – Foi quando eu comecei a andar com uns colegas meus e eu comecei experimentar droga.*

*E – Era aqui mesmo em “Oncinhas” que tu comprava?*

*O2 – Eu não comprava quem comprava era meus colegas.*

*E – Mas na época que você começou a usar droga, alguém te apresentou ?*

*A2 – Foi assim.. tipo um colega da rua que apareceu com um bolão assim na mão e eu nunca tinha usado. Aí eles falaram: A2, vamos lá?. Eu disse v'mbora. Aí eu peguei e fui. Quando eu cheguei lá foi a primeira sensação. Aquela sensação foi... sei lá super esquisita. Foi .. eu tinha ficado... tinha ficado todo mole eu. Aí eu fiquei..poxa... para não passar como mole eu falei foi legal e fui deixando me levar na vida aí pronto.*

3. Dificuldades escolares: problemas como repetência, baixa escolaridade, evasão escolar, escola desestimulante, relações conflituosas com professores e mesmo a falta desses foram vistos como aspectos socioestruturais que fragilizaram a condição de enfrentamento do jovem ao conflito e à infração. Desses aspectos destacou-se a repetência, a baixa escolaridade e a evasão escolar como uma realidade que atravessou a trajetória de todos os entrevistados. A medida que esses aspectos inter-relacionados surgem o jovem parece buscar atividades mais atrativas que uma escola onde não encontra, em geral, experiências prazerosas e protetivas como as descritas nos comentários abaixo:

*E – Tu já repetiu alguma vez?*

*O2 – Já, várias.*

*E – Qual série tu já repetiu?*

*O2 – Repeti na terceira. Terceiro ano. No sexto e eu to pagando matéria [...].*

*E – Tu gosta de ir pra aula?*

*O2 – As vezes. Depende o dia. Tem algo diferente nesse dia? Não só aula chata mesmo.*

*E – Tu teve alguma repetência quando estudava aqui?*

*A2 – Eu travei na quinta série. Eu passei cinco anos só na quinta série. Repetindo.*

*E - Tu tá estudando agora?*

*O1 – Não. Eu parei no quarto ano.*

*E – [...] Tu já tinha repetido?*

*O1 – Já. Repeti bem uns três anos só na terceira, só terceira.*

No tocante à vulnerabilidade ligada ao âmbito escolar Assis, Pesce e Avanci (2006) relatam que adolescentes menos resilientes tendem a considerar que seus professores os fazem sentir-se como maus alunos, têm menos apoio e incentivo para os estudos, têm menos supervisão dos pais e mais precário apoio de colegas na vida escolar. O jovem A2 contemplou em sua fala alguns desses aspectos associados aos menos resilientes:

*E – Os professores chegavam a te chamar, chamar tua mãe?*

*A2 - pra mim nunca me chamaram [...]. A mãe era muito ocupada aí não dava. As vezes não ia paras reuniões. Ela sempre foi tipo uma mãe ausente assim para mim ela. E era por isso que eu fazia, porque sabia que ela não ia mesmo lá. Ai me juntava com os outros e acabava com tudo.*

As relações conflituosas com professores e mesmo outros alunos também surgem como facilitadores de vulnerabilidade. A respeito dos afetos vinculados a escola e construídos através da relação aluno-professor, Weil (2001) descreve que:

A maioria dos alunos tem a tendência inconsciente a imitar os seus educadores, sejam os seus pais ou seus professores. Só isso já justifica o cuidado que se deveria tomar na escolha e formação dos membros do corpo docente. Há, porém, mais ainda: os alunos são extremamente sensíveis ao estado emocional do seu professor. Deste depende criar um ambiente de confiança, de cordialidade e de compreensão das dificuldades de cada um, ambiente este que favorece o rendimento do ensino, além de consolidar a personalidade dos próprios alunos (WEIL, 2001, p. 70).

Grande parte dos jovens entrevistados descreveram relações desrespeitosas e mesmo agressivas, gerando um ambiente escolar hostil o qual parece antes favorecer o conflito entre alunos e professores que o ensino:

*E – Como era teu contato com os professores?*

*A2 – Pra alguns eu respeitava muito. Porque tipo assim, tenho um negócio comigo quando o cara da respeito ele vai ter respeito pela pessoa que ele tá conversando. Tinha professores que eu gostava muito. Eu conversava. Super brincalhões comigo né. E era assim super legal. E eu respeitava muito o horário das aulas deles. Mas tinha outro que assim já levava o problema deles de casa para escola. Aí queria descontar nos alunos. Quando chegava em mim, aí lascava tudo porque eu botava pra quebrar tudo logo. [...] Tinha matéria que eu não me amarrava muito não. Não era nem pela matéria mais era pelo professor que era muito ignorante e não sabia*

*explicar as coisas pro aluno. Quando o cara pedia um entendimento dele o cara vinha com quatro pedras na mão pra cima da gente.*

*E – E os professores na escola como eram contigo?*

*O1 – [...] Aí tinha uma lá- não sei se tu conhece a professora N.? Tinha uma vez que eu mandei ela lá pra onde não devia sabe? Aí desde lá eu nunca mais estudei com ela. aí eu voltei de novo e eles num queriam , mas nem me aceitar na escola mais.*

4. Relações conflituosas e comportamento agressivo: A vulnerabilidade dessa categoria é revelada pela qualidade negativa das relações afetivas da família à comunidade. São relações fortemente atravessadas pela dimensão individual (comportamento) da agressividade, não sendo nítida, portanto, as fronteiras dessas duas dimensões nessa categoria. As agressões e os conflitos em diversos ambientes foram aspectos presentes no cotidiano de todos os jovens entrevistados, surgindo como um espiral de violência diretamente relacionado ao ingresso à prática infracional.

*E – Como tava tua vida antes de se envolver nessa situação?*

*O1 – Eu brigava muito na escola. Dava dor de cabeça pro meu pai... meu papai vivia conversando [?] comigo, minha mãe nem mais, mas o meu pai que ficou com minha guarda*

*E – Como é que tava a relação dentro de casa com tua mãe, com teus irmãos e até com teu pai?*

*A2 – A minha casa, dentro de casa tava horrível já. Ninguém me aguentava mais já {Por quê?} porque... eu tava... eu tava já muito respondão eu. Eu tava muito alterado já. Eu não queria escutar nada de ninguém e ..... tudo que falavam para mim eu dizia que era bobagem. Era toda coisa, mas aí eu fui indo. E um certo dia minha mãe olhou para mim assim e disse meu filho tu vai ter que ir lá para onde tua tia mora porque tu vai ficar lá porque aqui tua vai ir... fazer coisa pior. Eu já tinha ido preso eu.*

*A1 – Eu não usava droga, mas era muito esquentado não era daqueles de levar recado pra casa.*

Segundo Assis, Pesce e Avanci (2006), estudos em diversas áreas comprovam que a violência causa graves prejuízos em todos os momentos do desenvolvimento humano, mas torna-se especialmente devastadora quando praticada por pessoas como os pais de quem se esperava afeto e proteção. A violência vivida em relações familiares é reproduzida em outras, tornando-se inclusive herança familiar como no caso da jovem reconhecida como pertencente a “família das oncinhas” pela comunidade. Gera-se, assim, um verdadeiro ciclo de repetição da violência como observado na fala abaixo:

*E – E como é que tava tua vida em casa?*

*O1 – Meus pais e minha irmã aí eles pegavam e me batiam, pra mim parar com isso num tem. Aí eu ficava mais revoltada. ‘Aí eu vou fazer de novo porrada não mata’, só falava pra ela. mesmo assim eles falava pra não sair e eu saia. Quando não a polícia chegava lá em casa. Aí eu brigava, batia num, aí chegava a polícia. aí eu ia pra delegacia com o papai. Aí ele me batia de novo, aí eu fazia a mesma coisa. Aí eu falava mesmo assim pra eles: ‘porrada não mata, não to nem aí. Se eu apanhar, apanhei.’*

5. Migração: a mudança de domicílio para áreas pobres de outras cidades proporcionou a aproximação com um ambiente facilitador de vulnerabilidade. Esses novos espaços são territórios ocupados por outros jovens em conflito com a lei ou usuários de drogas, que cooptam novos membros para compartilhar essas experiências. Essa ocupação ocorre também como resposta a ineficiência da atuação do poder público em proporcionar espaços de lazer, saneamento básico e escolas adequadas, dentre outros, estando especialmente a juventude a mercê dessa falta de assistência. Na fala dos entrevistados o início do conflito com a lei e uso de drogas ocorre a partir da migração para esses espaços:

*E - De onde tu é?*

*O2 - Hum...do Pará.*

*E - Qual cidade?*

*O2 - Santarém.*

*E - Tu e tua família?*

*O2 - A minha mãe é amazonense.*

*E - Tua mãe é amazonense e teu pai é do Pará?*

*O2 - É. E onde eles se conheceram? Foi em Manaus, aqui em Manaus mesmo. Aí vieram pra cá pra.*

*E - Quando?*

*O2 - Hum... foi...nem sei direito não.*

*E - Tu lembra quantos anos tu tinha quando experimentou [drogas]?*

*O2 - Logo quando eu cheguei aqui.*

*E - Onde eram essas tuas amizades?*

*O1 - Era da rua mesmo, de perto de casa, do bairro. Começou esses problemas quando eu conheci umas certas meninas que vivia brigando, atrás dos outros . Elas são aqui mesmo do bairro [...].*

*E - Aí essas meninas tu conheceu quando?*

*O1 - Conheci quando eu cheguei no (Cidade das Oncinhas), morava lá pra (Cidade Abacaba). Quando chegou aqui tu ainda era criança? Era, nem me lembro direito, tem muito tempo.*

Segundo o adolescente A1, a mudança constante de domicílio e cidades, comprometia inclusive sua vida escolar, levando à desmotivação e à evasão:

*A1 – [...] Só que toda vez que eu ia pro colégio a mamãe achava de no meio do ano de... de se mudar de novo. Ai eu nunca concluía o ano.*

*E - Então quando os teus pais saíram lá da XXX, eles te pegaram e já foram direto lá pra (cidade das Oncinhas)?*

*A1 - Pro YYY. Aí pegou e nós fumo pro YYY. Ai a gente passou, acho que a gente passou, acho que uns quatro anos lá morando. Quatro, três anos. Aí no meio do ano que eu tava pra terminar aí eles vieram pra cá de novo. Ai desde aí eu parei [...]. Aí eu só... acho que eu não termino mais não. Pra lá e pra cá.*

6. Precariedade do SGD e infraestrutura municipal: alguns jovens apontaram a deficiência do Sistema de Garantias de Direito e da infraestrutura pública como as de lazer e escola como fontes socioestruturais de vulnerabilidade. No tocante ao SGD a narrativa aponta para a falta de técnicos, a falta de atividades que desvinculem a juventude do conflito e violência, culminando na observação sobre a desorganização do próprio sistema como situações de risco. Ainda relatando sobre a socioestrutura os jovens descrevem que ausência de ambientes públicos de lazer e até mesmo a deficiência quantitativa no quadro docente como aspectos relevantes:

*E - Tu acha que tem alguma coisa que pode ser feita pelos jovens de Oncinhas e Abacaba para eles não se envolverem com essa vida?*

*A1 - Rapaz no município lá no YYY não tem essas coisas que tem aqui assistente social, psicóloga pra conversar com os adolescentes. Lá tem muita gente envolvida em droga. Lá a maioria das pessoas que mora lá tá envolvida com droga. Acho que pelo menos o prefeito de lá poderia montar um... botar um pessoal pra trabalhar como aqui. Acho que ajudava. Arranjar alguma atividade porque não tem.*

*A2 - Aqui em Abacaba tipo assim, eles não tem uma área de lazer para ninguém brincar. Não tem onde o cara possa se divertir. Os adolescentes ali... é assim hoje ta faltando até professores nas escolas. Ai o cara se pega na bandidagem mesmo [...].*

*E - O que poderia ser feito aqui em Abacaba para que os jovens não se envolvessem em problemas com a justiça?*

*A1 - O estado, a prefeitura investissem mais em lazer pros adolescentes.*

Esses aspectos de vulnerabilidade ligados à dimensão da socioestrutura, principalmente aqueles relacionados ao lazer, torna-se especialmente importantes quando associados a aspectos fundamentais do desenvolvimento como a alteridade e a construção de identidades. Seguindo esse entendimento, Carrano (2003) explica que o lazer se constitui como tempo/espço privilegiado de elaboração das identidades pessoais e coletivas, podendo se tornar o equilibrador entre autoconsciência e alteridade, os quais considera, por sua vez, como fundamento das sociedades democráticas.

7. Desemprego ou subemprego: as condições desfavoráveis de empregabilidade para os pais ou para os próprios jovens despontaram como processos ligados a vulnerabilidade socioestruturais, pois os tornam mais suscetíveis a migrações para áreas pobres e desassistidas como visto em categoria acima, assim como essa falta de recursos pode levar ao roubo e

criminalidade como citado por um dos jovens. O perfil sociodemográfico desses jovens apontou que na estrutura familiar os jovens possuem pais com baixa escolaridade (analfabetos ou semianalfabetos) e trabalhando em empregos temporários e/ou mal remunerados, aspectos esses diretamente inter-relacionados. Através do relato da entrevista percebeu-se que os jovens queixam-se da dificuldade em conseguir emprego e/ ou a escassez de emprego, assim como relatado na categoria referente ao ambiente escolar evadiram-se da escola num perverso jogo conhecido na literatura onde os menos escolarizados estão mais suscetíveis ao subemprego ou mesmo ao desemprego.

*E - Vocês se mudavam tanto assim por que motivo?*

*A1 - Por falta de.... porque a gente vinha pra cá aí a mamãe vinha e não conseguia emprego. Ai minha tia falou que pra lá tinha. Ai pegou e fumo pra lá. Porque ela não podia deixar a gente vir. Aí ia todo mundo [...]. Ela falou “trabalhar, trabalhar” (tia materna), do jeito que tava lá, num queria estudar eu. Aí eu só...acho que eu não termino mais não. Pra lá e pra cá. [...] é trabalho pesado mesmo, com o pessoal que eu conhecia lá. o que era?, Era caminhão de lenha pra carregar pra olaria, pro tijolo. Ai trabalhava nisso ai.*

*E - Na tua família quem é que sustentava, na época que você começou a se envolver?*

*A2 - Assim tipo as condições financeiras não foram aquelas coisas boas. Quando tinha tinha. Quando não tinha também ninguém reclamava. A minha mãe sempre foi uma mulher que era ela batalhadora. [...]. Ela dizia meu filho hoje tem. Hoje num tem pra ti comer. Mas tipo assim ninguém ficou parado, quando ela não tinha condições. [...] Num tinha trabalho, nem tempo ruim pra mim. Se for pra carregar pedra eu vou. Se for pra...eu vou mesmo. Tipo assim só se for pra eu tá lá ajudando minha mãe também.. aí eu ia...ia pra serraria, carregar prancha, madeira serrada.*

8. “Disposição intra-psíquica”: atrelado à dimensão individual surgiu no discurso de alguns jovens a “opção pela infração”, ou seja, uma espécie de disposição intra-psíquica à vulnerabilidade que os teria levado aos atos conflituos. Esse discurso pode ser associado a uma visão de homem cartesiano que desvincula sua subjetividade da coletividade e sua ação então é percebida como apenas oriunda de sua “própria vontade”.

Em pesquisa com jovens Costa (2007) também identificou que estes assimilam e reproduzem com grande intensidade um discurso no qual responsabilizam-se integralmente por suas ações, dizendo estas resultarem de uma “escolha pessoal” ou “opção” por ter ingressado no mundo infracional. Em outras palavras, não raro os jovens disseram que a prática dos atos contra a lei eram escolhas próprias, e que, portanto, envolver-se ou não com a prática infracional seria uma questão de opção – decisões autônomas. Esse discurso pode ser percebido nas seguintes falas:

*E - E no teu caso, especificamente, o que aconteceu? [para iniciar situação de conflito com a lei]*

*A2 - No meu caso... tipo assim... aconteceu... uma piração na minha cabeça naquele momento... assim aqui não vou esconder nada né... eu não tinha bebido nada (...) Não foi por falta de entretenimento de nada porque eu gostava sempre de tá me envolvendo com tudo que não presta". [...] eu não culpo nem pai, nem mãe pelo que aconteceu.*

*O1 - Aí fazia isso (envolver-se em brigas), besteira na minha cabeça, mas hoje em dia eu me arrependo muito o que u fiz com minha mãe, fiz minha mãe sofrer. Me arrependo muito.*

Questiona-se essa disposição intra-psíquica a partir da leitura sócio-histórica de homem, pois infere-se que tanto os processos facilitadores de vulnerabilidade quanto aqueles relacionados a proteção são construídos na concretude das relações entre os homens. Com esse sentido Carrano (2003) postula que:

[...] a ideia da existência de uma individualidade isolada é substituída pelo entendimento que o humano é o resultado de relações sociais ativas, um processo no qual a individualidade tem a sua máxima importância, não sendo, porém, o único elemento a considerar (p. 28).

Como verificado no decorrer de toda a discussão as categorias podem estar atreladas simultaneamente a mais de uma dimensão, demonstrando a fluidez do fenômeno. Assim, das oito categorias de vulnerabilidade encontradas, em três foi possível observar a vinculação a duas dimensões concomitantemente. Em termos de prevalência, as mais citadas foram as dimensões afetivo-relacional e sócio-estrutural.

A percepção desses jovens de que dimensões essencialmente coletivas e relacionais contribuem fortemente para vulnerabilidade chama a atenção e pode ser analisado a partir da psicologia sócio-histórica. Por meio dessa concepção, afirma-se que a subjetividade e toda dinâmica de funcionamento do homem é construída a partir do interjogo das relações estabelecidas com a sociedade. Ao apontarem a relevância de aspectos como “más companhias”, relações conflituosas, migração, infraestrutura precária e desemprego para promoção da vulnerabilidade sugerem que as vinculações com outros homens e com a macro-estrutura complexa são essenciais para construção de sua própria ação como autor de ato infracional.

Seguindo os pressupostos metodológicos da *Grounded Theory* foi possível construir hipóteses sobre o que produz vulnerabilidade, a partir da fala de cada um dos entrevistados. Em geral as essas hipóteses convergiram, apresentando apenas pequenas diferenciações como verificado no quadro abaixo:



Vulnerabilidade:

<u>A1</u>	A precariedade das condições estruturais e o desemprego parental leva a constantes migrações da família e posteriormente do próprio jovem. Esse movimento socioestrutural, por sua vez, causa frequentes interrupções do ano escolar e desestímulo em retomar os estudos, assim como a construção de novas relações afetivas nesses espaços. O próprio jovem atribui a algumas dessas vinculações afetiva-relacional de amizade- o sentido de “más-companhias”- como promotoras de vulnerabilidade posto serem vistas como incentivadoras de conflitos. O uso de álcool e drogas (mesmo que por terceiros), bem como o comportamento agressivo são facilitadores individuais de vulnerabilidade.
<u>A2</u>	Aspectos relacionais e socioambientais preponderam como processos de vulnerabilidade, com destaque às relações de amizade que incentivam a violência (“más companhias”), a precariedade/ falta de lazer, emprego, o sistema de garantias de direito falho. Além disso, relações conflituosas com professores e ambiente escolar vinculam-se diretamente à evasão e repetência escolar. Na dimensão individual, o uso de drogas, comportamento agressivo e explosivo em casa, na escola e na comunidade, e a disposição pessoal para transgredir seriam promotores de vulnerabilidade.
<u>O1</u>	A vulnerabilidade se expressa através das relações de amizade que incentivam as infrações (“más companhias”), relações ruidosas com professores e vida escolar atravessada por histórico de repetência e evasão escolar, assim como relações familiares violentas, sofrendo reiteradas agressões do pai ao companheiro e as reproduzindo em outros espaços (ciclo da violência). Imbricadas a essas relações violentas estão aspectos “individuais”: comportamento agressivo e explosivo nos espaços familiares, escolar e comunitário (envolvimento contínuo em brigas) e o uso de álcool.
<u>O2</u>	A migração precipita mudanças negativas na qualidade das relações sócio-afetivas com os familiares, escola e comunidade, as quais, ao se tornarem agressivas, culminam em situações de violência. Novas relações de amizades vistas como “más companhias” promovem vulnerabilidade a medida que influenciam o início do uso de drogas e do envolvimento com o conflito com a lei. A escola é identificada como lugar de construção dessas relações, lugar de repetência escolar e aulas maçantes.

A partir dessas hipóteses e pelo método de contrastação proposto na teoria da *Grounded* gerou-se uma hipótese integradora acerca da vulnerabilidade dos jovens, como observado abaixo:

Hipótese Integradora de Vulnerabilidade
As condições de infraestrutura precárias e situações de desemprego, seja dos pais ou posteriormente de um dos jovens, levaram a migração para novas cidades. A constante migração também desestimulou o retorno à escola para um dos jovens. Para os demais jovens a escola é lugar de repetência, evasão e relações conflituosas e aulas desestimulantes. Todos os jovens, por sua vez, vinculam-se a “más companhias” que incentivam o conflito, o uso de drogas e comportamento agressivo. Para todos os jovens pelo menos em uma das relações - familiares e/ou comunitárias- há o atravessamento da violência continuamente. Por fim, para um jovem a disposição psíquica, mesmo que sempre relacionado às relações, pode ser vulnerabilizadoras na trajetória de vida.

### 3.2.2 A Proteção para os Jovens das Cidades-Além Rio

Como no tópico sobre vulnerabilidade as categorias aqui geradas surgiram a partir dos dados coletados nas entrevistas e sua ordem obedece a frequência de surgimento na fala dos jovens. Assim foi possível a construção de cinco categorias de proteção sobre esses sujeitos que se ligam, didaticamente, a dimensões individual, afetivo-relacional e socioestrutural. Dizem respeito ainda aos dois objetivos específicos: a proteção contra o conflito e a possível proteção proveniente do SGD como percebido nessa análise. São elas:

CATEGORIA	DIMENSÃO
1. RELAÇÕES AFETIVAS BASEADAS EM ACONSELHAMENTO E CUIDADO	AFETIVO-RELACIONAL
2. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA	INDIVIDUAL
3. MELHORIA DO SGD	SÓCIO-ESTRUTURAL
4. EMPREGO E ESCOLA QUE SE LIGAM A UM PROJETO DE VIDA	SÓCIO-ESTRUTURAL
5. ESPORTE	INDIVIDUAL E AFETIVO-RELACIONAL

1. Relações afetivas baseadas em aconselhamento e cuidado: de maneira unanime os jovens entrevistados citaram alguma forma de vínculo afetivo positivo como aspecto que os protege. Esses vínculos protetivos são relações substantivadas em forma de cuidado, aconselhamento e, em algum nível, em contenção de aspectos considerados negativos do

jovem. Esse sentido de relação afetiva esteve presente em relações parentais, com professores, com técnicos e com companheiras.

A relação positiva com familiares foi citada pelos jovens como de grande importância para o não envolvimento com atos infracionais. A qualidade deste vínculo foi apresentada sob a forma de: receber conselho e cuidado dos pais, sentir-se acolhido pela família, vínculos positivos com familiares em geral (irmãos, tios). Essa qualidade pode ser observada nas falas desses jovens:

*E - O que mais que pode ajudar?*

*A1 - Acho que a família também ajuda bastante. A minha mãe também, graças a Deus, apesar de que só ela cuida da gente. [...] Ela me dá muito conselho, até hoje ela me dá. Ela falava quando a N. (assistente social) me chamava ela falava vai, mandava logo ir. As vezes ela ia lá pra N. conversar comigo [...] Pois é família também ajuda bastante.*

*E - Na tua família tem alguém que tu se sinta mais próximo?*

*A2 - Tem a minha irmã mais velha [...]. Tipo assim ela sempre foi uma mãe pra mim ela. Foi minha irmã que me criou praticamente. (...) Ela sempre foi uma menina muito cabeça.*

*E - Mas alguém ajudou ou alguma coisa (a não voltar a infracionar)?*

*O1 - Foi apoio de mãe e pai, porque as famílias, não... nem mais as famílias é mais mãe e pai.*

Costa (2007) comenta que:

[...] a disposição de acatar orientação de terceiros, demonstrada sob forma de “obediência” aos pais foi vista como um recurso pessoal importante. Observa-se novamente o estágio da heteronomia ainda muito fortemente identificado nos jovens entrevistados. Parece contradizer-se com a autonomia, também apontada como forte fator de proteção [...]. A importância de se observar tal aspecto é que os jovens demonstram a importância do controle externo para que não cometam atos inadequados. Mostra a dificuldade que os mesmos possuem, demandando orientação para atitudes pró-sociais e alternativas positivas para conduzir-se na sociedade.

As relações afetivas positivas com técnicos foram significativamente presente na fala dos jovens como processo salutar de proteção ao mundo infracional. Receber orientação também por pessoas ligadas ao âmbito do sistema de garantias para a vida longe de delitos foi apontada como importante processo de proteção:

*A1 - Bom... eu acho que eu tive sorte de ter conhecido a N. (assistente social das medidas em meio aberto), a A.(conselheira tutelar), a D. G.(assistente social da internação) pra me incentivar a saírem dessa vida. Eu acho que como as pessoas falavam que eu ia sair pior, eu botava isso na minha cabeça. Até sempre eu pensei acho que eu vou sair daqui e vou fazer pior, mas aí a D. G. vinha e conversava comigo. Até a Dra que ia lá as vezes conversava comigo.*

*E - Quem era?*

*A1 - Não lembro.*

*E - Era psicólogo, advogada?*

*A1 - Era a enfermeira mesmo.*

*E - Como tu conseguiu dizer “não” (não retornar ao mundo infracional)?*

*A2 - Isso foi muito tempo treinando o psicológico...com os psicólogos treinando lá dentro lá (na internação). [...] Me treinaram muito lá dentro... meu psicológico que ia passar aqui fora [...] As psicólogas que conversaram comigo me incentivaram muito elas.*

*E - Tu acha que fez diferença até quando tu saiu de lá?*

*A2 - Até hoje faz.*

Mesmo citado com menor frequência que as duas anteriores as relações afetivas com companheiras também surgem com significado de proteção. Nessas relações as companheiras são citadas como pessoas que aceitam o passado de conflito com a lei, “desincentivam” o retorno ao mundo do crime através do apoio e diálogo:

*A2 - Já tive pessoas na minha vida que me influenciaram muito. Namoradas que assim... assim me incentivaram muito pra eu não voltar para vida também. É conversaram comigo. E todas elas sabem o que eu fiz.*

*E - Tu conhece alguém se envolveu em conflito e depois conseguiu sair dessa vida?*

*A2- Conheci. O meu cunhado ele.*

*E - Como ele conseguiu sair?*

*A2 -Através da minha irmã. A minha irmã mais velha é casada com ele. Inclusive eles se conheceram lá dentro e eu que apresentou eles. [...] E foi assim ele tava lá com ela. [...] E até hoje ela não deixa de ser né e tirou ele da vida. Se não tinha voltado para vida de novo.*

2. Autonomia e independência: esses aspectos individuais surgiram nas falas dos jovens com significado de força de vontade e autodeterminação perante adversidades em suas trajetórias. Esses aspectos foram atribuídos – mesmo que de forma indireta - como importantes para o desenvolvimento pessoal, denotando possibilidade de fazer escolhas e se posicionar - e muitas vezes questionar- diante das demandas do cotidiano.

*A1 - Eu falei pra mamãe que eu não queria trabalhar mais lá não. Aí foi quando eu pedi minhas contas [...] Aí eu falei com a N. (assistente social), ela corria, ainda trabalhei numa gráfica que ela conseguiu pra mim, só que daí não consegui mais não. Só que quando eu consegui aqui já tem dois anos.*

*E - Quem conseguiu pra ti nessa empresa?*

*A1 - Foi eu mesmo, eu fui lá, aí, logo no começo pegaram pessoas que tavam lá dentro já e pediam pra arranjar outras pessoas. Indicação. [...] Aí até hoje eu to lá.*

*O1 - [...] eles queriam que eu fizesse umas coisas que não era pra eu fazer (funcionário do local onde cumpriu PSC). Fazer esses negócios tudinho n,é porque só fazia lá o que a juíza só mandou [...]. Aí os pessoal queria que eu espanasse os quarto tudinho. Aí eu disse isso ai não vou fazer não. Ai ficava com raiva e botava falta em mim. Eu não fazia. Aí quando foi levar o papel pra juíza eu expliquei que eu só ia fazer o que tu, o que você mandou eu expliquei pra ela.*

Como discutido anteriormente o aspecto de autonomia parece ir de encontro ao da heteronomia, entretanto Costa (2007) explicita que essa aparente contradição releva na verdade a noção que possuem de sua real condição enquanto indivíduos em desenvolvimento: necessitam de orientação para desenvolverem recursos adequados sob perspectivas sociais aceitáveis, mas esperam alcançar autonomia necessária para sozinhos discernirem e escolherem entre as diversas possibilidades de agir no mundo.

3. Melhoria do SGD: constituinte da dimensão socioestrutural alguns jovens mencionaram que um Sistema de Garantias de Direito (SGD) eficiente pode contribuir para o afastamento da marginalidade. O significado de eficiência do SGD atribuído, concretizar-se-ia por meio de maior número de técnicos, a atuação dos técnicos também no ambiente escolar e principalmente na sua atuação voltada à prevenção à infração.

*E - O que pode ajudar os jovens a não se meter em problema com a justiça aqui em Oncinhas?*

*O1 - Só mesmo precisam de apoio pra não deixar fazer tudo isso.*

*E - De quem viria isso?*

*O1 - Leva a mal não, mas dos Conselheiros pra aconselhar eles bastante nas casas. É difícil, só vai quando tem problema mesmo. Podia ser feito uma escola de aconselhar os jovens. Botar eles numa sala pra conversar com eles que eles querem da vida deles.*

*E- Tu acha que tem alguma coisa que pode ser feita pelos jovens de Abacaba e Oncinhas para eles não se envolverem com essa vida?*

*A1 - Rapaz no município lá no YYY não tem essas coisas que tem aqui assistente social, psicóloga pra conversar com os adolescentes. [...] Lá a maioria das pessoas que mora lá tá envolvida com droga. Acho que pelo menos o prefeito de lá poderia montar um... botar um pessoal pra trabalhar como aqui. Acho que ajudava. Arranjar alguma atividade porque não tem.*

Observou-se que os jovens apontaram como deveria operar o sistema para ser qualificado como eficiente a partir das próprias vivências com o mesmo. Em geral essas vivências foram preenchidas por experiências não exitosas, culminando em severas críticas à forma de funcionamento e descrédito sobre seu potencial de atendimento aos jovens como demonstra a fala do jovem abaixo:

*Só que eu quis tirar as dúvida de como era o sistema (SGD) mesmo, porque lá tipo assim...como dizem...é uma ' abacaba' muito grande desmoranando tudo. Pessoal não sabe nem para onde vai. Não tem ninguém para atender e é assim (A2).*

Sobre as falhas do SGD Assis, Pesce e Avanci (*ib.*) comentam que o potencial de proteção que os municípios e suas comunidades podem oferecer para as famílias costuma ser

bastante precário. São problemáticas ligadas às políticas públicas sabidamente falhas na realidade das comunidades mais pobres do Brasil, e que se tornam especialmente severas quando localizadas nos rincões amazônicos, onde o afastamento geográfico parece potencializar o descaso.

4. Emprego e escola que se ligam a um projeto de vida: estar empregado e estudando foram outro aspecto sócio-estrutural destacados pelos entrevistados como via de construção de um futuro sadio e potencializador da proteção. Esses dois aspectos são analisados conjuntamente porque na fala dos jovens estar trabalhando e ter melhor nível educacional aparecem igualmente como formas de alçá-los a melhores condições existenciais, construindo assim um projeto de vida que os protege do envolvimento com ato infracional. Pode-se observar essa projeção através do estudo e trabalho nas duas falas seguintes:

*E - O que te impediria de cair nessa vida?*

*A2 -2 Hoje eu... emprego...estudo pra mim...terminar meus estudos. Arrumar um emprego. Sei lá construir uma casa pra mim mesmo. sabe morar no que é meu. E tá ali seguindo a vida em frente. [...] tipo assim muitos meninos só vão para roubar. Vão pra roubar porque querem dinheiro e não tem emprego em Abacaba. Não tem recurso de nada pra ninguém. E acabam cometendo atos infracionais.”*

*E - Quem que nesse caso conseguiu melhorar? Que eu lembre só o meu irmão. Como foi?*

*O2 - Foi um senhor lá de onde a gente mora que ajudou. Tipo, ele deu um emprego pra ele.*

5. Esporte: mencionado por um jovem a prática de esportes surgiu como um aspecto relacionado a desvinculação do conflito com a lei. O projeto esportivo se mostrou protetivo a medida que incentivava a ligação com novas vinculações de amizade não envolvidas em conflito e uso de drogas e conseqüentemente favoreceu o envolvimento do jovem em atividades saudáveis e pró-sociais. Assim, percebeu-se que “sair dessa vida” comporta o sentido desse desligamento:

*E - Tem alguma coisa aqui em Oncinhas que ajude o jovem a não cair nessa vida?*

*O2 - Acho que tem: o esporte.*

*E - E tem na tua escola?*

*O2 - Hum, tem.*

*E - Como que o esporte te ajuda?*

*O2 - O esporte incentiva.*

*E - Te incentiva a que?*

*O2 - Me ajudou um pouco a sair dessa vida.*

Diferentemente dos aspectos de vulnerabilidade, os adolescentes se referiram igualmente às três dimensões como potencializadoras da proteção. As relações afetivas com diversos atores sociais e que se basearam em cuidado e aconselhamento, e por vezes, contenção, apresentada como influência que auxilia a não permitir o impulso/ação do ato violento/infração, surgiu qualitativamente como principal aspecto de proteção. Isso demonstra a importância da dimensão afetivo-relacional para se proporcionar proteção à infração na trajetória dos jovens, ou seja, à medida que se constroem vinculações significadas como positivas –sejam essas relações com pais, companheiras, técnicos etc. - essas têm o potencial de afastá-los de vivências de violência através do afeto e das emoções envolvidas.

Também se destacaram qualitativamente a autonomia e independência (dimensão individual) e melhoria do SGD (dimensão sócio-estrutural) como protetores para esses jovens. O fato dos jovens terem apontado aspectos diferenciados como promotores de proteção leva a pensar como esses aspectos podem ser múltiplos e infinitos, a partir do momento que são singularizados pelo homem e suas relações. Isso demonstra a ineficácia da criação de “listas” simplistas sobre o que protege, com determinações apriorísticas e estanques para a “fase da adolescência”. O fato de se pesquisar o fenômeno numa dada realidade e com determinados adolescentes e jovens – construídos e construtores dessas comunidades - por certo, alterou as respostas possíveis.

Contudo, as formas de proteção multifacetadas encontradas não impedem a possibilidade de generalização dos dados, mas tão somente inferem-se sobre a necessidade de olhar antes para como os sujeitos tecem as construções protetivas em cada lugar e assim compará-las com outras comunidades. Com esse posicionamento seria possível, por exemplo, a criação de políticas públicas locais mais próximas das necessidades apontadas pelos jovens.

Extraíram-se das cinco categorias de proteção seguintes hipóteses individuais apresentadas no quadro:

## PROTEÇÃO

A1	A escola protege quando as experiências a ela associadas remetem a progresso na trajetória de vida pessoal. As experiências afetivo-relacionais positivas (a exemplo dos técnicos e genitora) têm o potencial de conter a agressividade quando podem prover aconselhamento e vigilância. Relacionar-se amorosamente com pessoas que aceitam o “passado de infração” é visto como protetivo. A relação professor-aluno baseada em diálogo e um maior número de técnicos que auxiliem os pais nas relações de cuidado com os filhos promovem proteção. A autonomia desenvolvida frente aos desafios de empregabilidade também é destacada como protetiva.
A2	Relaciona como protetivos os seguintes aspectos da socioestrutura: estudar e trabalhar como projeto de desenvolvimento, melhores condições de entretenimento e necessidade de organização do SGD na dimensão sócio-estrutural. Quanto a aspectos relacionais, afirma que relações afetivas amorosas com parceiras e familiares (irmã) são protetivas à medida que se baseiam em aconselhamento, cuidado e aceitação. Quando menciona aspectos “individuais” surge de forma destacada como protetivos a possibilidade de autonomia.
O1	No que tange aos aspetos afetivos-relacionais a proteção surge por meio de relações que se baseiam em aconselhamento, suporte emocional e contenção do comportamento agressivo seja nas relações parentais, com professores ou técnicos. Essas últimas relações com as instituições (socioestrutura) deveriam se converter em ações não apenas punitivas, mas também preventivas às situações de conflito. Olhando em direção aos aspectos individuais, o sentimento de autonomia frente a demandas sabidamente desproporcionais ao acordado e a auto-reflexão também são trazidas como processos de proteção naquele momento de vida.
O2	Como processo de proteção situado no campo da socioestrutura está o emprego como projeto de vida e alternativa a infração. Dentro do campo afetivo-relacional as relações parentais, baseadas na aceitação do aconselhamento e ameaça de indiferença em caso de reincidência infracional, surgem como processo protetivo para o jovem. Por fim e destacadamente aparece a prática de esporte, situada num campo ao mesmo tempo individual e relacional, agregam a sua identidade os ideias do comportamento assertivo e a desvinculação dos atos infracionais.

Como observado, essas hipóteses individuais apresentaram mais convergência acerca do que pode proteger contra o ingresso no mundo infracional que discrepâncias. Como resultado da integração dessas convergências e algumas discrepâncias, emergiu a seguinte hipótese integradora sobre o que protege os participantes contra o envolvimento com ato infracional:



#### Hipótese Integradora de Proteção

As relações afetivas baseadas em cuidado e aconselhamento seja com familiares, técnicos ou professores, tem o potencial de prover proteção para todos os jovens. Desenvolver autonomia e independência para quase todos esses também se mostrou protetivo a medida que proporcionou sentimento de crescimento pessoal e posicionamento diante das demandas do meio. Outro aspecto relacional e individual citado por apenas um jovem como promotor de proteção foi o esporte e suas relações pró-sociais e assertivas. Por fim, dois aspectos da socioestrutura: a melhoria do SGD e o emprego e escola que se ligam a um projeto de vida se mostraram protetivos para grande parte dos jovens.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

Apesar da considerável produção sobre a temática da violência, juventude e conflito com a lei, seu estudo ainda se configura como um desafio científico dado a complexidade do fenômeno. Dentro dessa vasta e complexa temática esse trabalho teve como objeto de estudo a proteção entre jovens autores de infração (ou em conflito com a lei) em municípios da Região Metropolitana de Manaus. Como objetivo, buscou então, conhecer os processos de proteção contra o envolvimento com o ato infracional segundo adolescentes em conflito com a lei em dois municípios dessa região.

Antes de tecer considerações acerca desse objeto vale lembrar que a epistemologia a partir da qual se ancorou a análise do fenômeno investigado esteve calcada no viés teórico da psicologia sócio-histórica e de teorias complexas que dizem respeito a conceito de proteção, vulnerabilidade e resiliência. Completando esse referencial o trabalho se amparou também no marco legal do Estatuto da Criança e do Adolescente e seu paradigma da proteção integral.

O caminho metodológico seguido possibilitou a organização das falas dos jovens em categorias de vulnerabilidade e de proteção, didaticamente apresentadas em dimensões individual, relacional e socioestrutural como norteadoras da análise. A partir destas, foram identificadas oito categorias ligadas a processos de vulnerabilidade e cinco categorias voltadas a processos de proteção contra o ato infracional, segundo os participantes.

Esse percurso metodológico permitiu contemplar os objetivos específicos estabelecidos: identificação das características relativas à vulnerabilidade psicossocial; percepção da vulnerabilidade ao conflito com a lei segundo os jovens; processos de proteção eficazes contra o conflito segundo os jovens e os possíveis processos de proteção existentes no SGD. Através da análise dos dados foram obtidas as conclusões que se seguem.

Pode-se inferir que as características relativas à vulnerabilidade psicossocial existente na vida dos jovens, segundo a visão dos sujeitos pesquisados, confirmam os dados gerais referentes ao perfil de adolescentes e jovens em conflito com a lei no país. Trata-se de jovens

predominantemente oriundos de famílias de baixa renda, residentes em bairros pobres e de alto índice de criminalidade daqueles municípios. Todos eles residiam com pelo menos um dos genitores. A atividade de trabalho de seus pais tende a ser informal, de baixa remuneração e qualificação, havendo também desemprego entre os provedores familiares.

Dos entrevistados 50 % era usuário de drogas e 100% consumia álcool à época da infração. Suas principais atividades de lazer envolvem festas noturnas, passeio em balneários e, em menor escala, prática de esportes. Dentre os que possuíam atividade de trabalho, apenas um possuía carteira de trabalho, sendo que os demais desenvolviam atividades no mercado informal. Possuem baixa escolaridade e apenas um dos entrevistados continua na escola atualmente. Três deles cometeram atos infracionais e estavam em conflito com a lei com algumas passagens pela delegacia. Desses três, dois cumpriram anteriormente a medida em meio aberto (PSC ou LA), a medida de internação.

As conclusões sobre o segundo objetivo - a compreensão acerca da percepção dos jovens sobre os processos de vulnerabilidade ao conflito com a lei – surgiram a partir das oito categorias elaboradas através da fala desses sujeitos. Como dito anteriormente essas categorias se vinculam, didaticamente, as dimensões individual, afetivo-relacional e socioestrutural, sendo elas: relações de amizades erráticas (más companhias); uso de álcool e/ou drogas; dificuldades escolares; relações conflituosas e comportamento agressivo; migração; precariedade do sistema de garantias de direito e da infraestrutura; desemprego ou subemprego e disposição psíquica.

Ligadas eminentemente a dimensões relacionais e individuais as “más companhias”, as relações conflituosas e comportamento agressivo, o uso de álcool e drogas e a “disposição psíquica” foram aspectos promotores de vulnerabilidade à infração. Esses dados apontados pelos jovens evidenciam a influencia de relações sociais cotidianas para a tessitura da vulnerabilidade em sua trajetória individual. Mesmo categorias *a priori* classificadas como individuais como o uso de drogas e a disposição psíquica, ao longo do discurso se imbricam ao interjogo das vinculações sociais estabelecidas.

Nesse sentido, surgem como “herança” dos jovens mais velhos envolvidos a mais tempo em situações de conflito, uso de drogas e álcool e comportamentos agressivos influenciando os mais novos, onde é factível que a escolha grupal influencia diretamente a individual. Para a psicologia sócio-histórica essas relações dizem respeito aos conceitos de autonomia e heteronomia. No primeiro ocorreria a sujeição do homem à vontade de terceiros ou de uma coletividade e, a princípio, opor-se-ia ao conceito de autonomia onde o homem possui arbítrio e pode expressar sua vontade livremente. No entanto, dado se estar falando

sobre juventude e adolescência a alternância entre a heteronomia e autonomia é esperada- não porque seja essa uma fase do desenvolvimento demarcada por tais comportamentos- mas pela importância do outro para construção da própria identidade. Por fim, as relações conflituosas na família, escola e comunidade são atravessadas por comportamentos violentos dos atores sociais envolvidos. Pelo viés das teorias complexas infere-se que essas relações mostram seu aspecto recursivo, dando a ideia de um espiral de violência que como na física toma a forma de uma curva que gira em torno de um ponto central (polo) – aqui a própria violência - e dele se afasta ou se aproxima segundo uma determinada lei- aqui as próprias relações (protetivas ou de vulnerabilidade) que se estabelecem no cotidiano.

Referendada didaticamente a dimensão socioestrutural as dificuldades escolares; a migração; a precariedade do Sistema de Garantias de Direito e infraestrutura e o desemprego/subemprego potencializaram, segundo os jovens, a vulnerabilidade ao conflito com a lei e ato infracional. São todos aspectos ligados direta ou indiretamente a macro-estrutura social, ao poder público e a nuances da história material de sua comunidade. Nesse sentido, pode-se inferir que os jovens percebem como a realidade externa contribui fortemente para sua vulnerabilidade, mesmo que em alguns momentos o discurso pareça ter um conteúdo de repetição de falas reivindicatórias da classe socioeconômica ao qual pertencem.

A psicologia sócio-histórica fala desse homem histórico-social, que, ao mesmo tempo, constrói-se e é construído pelas relações com outros homens e com o meio externo, num movimento dialético em que faz parte de uma totalidade e vai transformando-se em sua essência por um processo de complexificação (ANDRIANI & ROSA, 2008). O entendimento dessa relação complexa que se inicia no intersíquico (as relações sociais e a socioestrutura) para o intrapsíquico (atos de infracionais em si), como determinante para a vulnerabilidade pode contribuir para minimizar os aspectos como a ainda maciça responsabilização individual dos atos sobre os jovens, além de repensar as formas de intervenção focadas eminentemente nesses últimos, sem levar em consideração os demais atores sociais.

As conclusões acerca o terceiro objetivo (perceber os processos de proteção eficazes contra o conflito) foram obtidas a partir de quatro categorias: relações afetivas baseadas em cuidados e aconselhamento; autonomia e independência e prática de esporte. Esses processos ligaram-se às dimensões afetivo-relacional e à individual e demonstram a importância das vinculações para promoção do desligamento do ato infracional e situações conflituosas. Apesar de vistos eminentemente como individuais, na fala dos jovens, percebeu-se que essa autonomia e prática de esporte se deram na construção das relações mais assertivas com

outros homens, onde o posicionamento e escolha individual diante de demandas externas foram percebidas pelos jovens como eficazes em seu processo protetivo.

Ao enxergar essa ligação certamente se está se posicionando epistemologicamente: mais uma vez, acredita-se que o homem se constrói nas relações - de fora para dentro como já dito anteriormente. Nesse sentido, pergunta-se como promover autonomia e o esporte se não na relação com o outro? Portanto, infere-se que mesmo individuais esses aspectos somente são substantivados na concretude das relações.

Em resposta ao quarto e último objetivo – conhecer os possíveis processos de proteção vinculados ao sistema de garantias de direito – encontram-se duas categorias: melhorias no SGD e emprego e escola como projeto de vida. São aspectos vinculados a dimensão socioestrutural e que diretamente falam, assim como na vulnerabilidade, da macroestrutura, das políticas públicas e história material da comunidade. Infere-se que são de fato “a outra face da mesma moeda”, ou seja, apesar de duas faces diferentes (proteção e vulnerabilidade) tem um mesmo peso ou valor (negativo ou positivo) para o desenvolvimento. Isso significa que um mesmo aspecto pode ao mesmo tempo promover proteção ou vulnerabilidade conforme sua ausência/ precariedade ou sua presença e atuação correta, como é o caso do Sistema de Garantias de Direito e emprego/ escola como projeto de vida. Portanto, conclui-se que os jovens apontam como protetores aspectos diretamente relacionados à realidade externa que o cerca.

Apesar do objetivo geral buscar conhecer a proteção para os jovens em conflito com a lei, como evidenciado ao longo de toda discussão, não é possível falar de proteção sem abordar a vulnerabilidade. Ambos constituem de modo indissociável o fenômeno, e, portanto, sua desvinculação impossibilitaria uma compreensão mais abrangente, multifaceta e complexa que o mesmo pede.

Partindo-se desse entendimento, pode-se afirmar que o caminho percorrido possibilitou o alcance do objetivo, no entanto, as conclusões acima apresentadas não devem ser compreendidas como quadros simplistas de um conjunto de aspectos protetivos a serem promovidos em todos os contextos das medidas em meio aberto (em especial de PSC e LA) existentes como forma de reduzir a vulnerabilidade dos jovens ao cometimento de atos infracionais e conflito com a lei. Antes, permitir compreender o que pode consistir em proteção aos jovens em cada contexto socioeducativo em meio aberto - como em algumas comunidades da região amazônica- dado os sentidos diversos e as configurações específicas que apresentam. No entanto, faz-se necessário pensar nos modos de otimizar tal proteção, visando obter resultados mais favoráveis ao desenvolvimento dos adolescentes autores de atos

infracionais, gerando respostas positivas não só individualmente, a cada jovem, mas à sociedade de um modo mais amplo.

A despeito das escolhas metodológicas, afirma-se que essas possibilitaram compreender o fenômeno sob uma perspectiva complexa como era almejado nesse trabalho. Contudo, sabe-se que, em pesquisa qualitativa, as escolhas metodológicas limitam os resultados e a força da generalização, bem como o poder predição do fenômeno investigado. Nem por isso torna-se inválido ou de menor importância as conclusões obtidas, sendo tão somente necessário considerar criticamente o processo realizado.

Nesse sentido, considera-se que o instrumento de entrevista semi-estruturada viabilizou o alcance das respostas que dele se esperava, no entanto o instrumento de análise documental não proporcionou esse alcance, dado a incompletude dos dados descritos nos processos sobre a trajetória desses jovens. Também se acredita que como forma de ampliar as discussões acerca do fenômeno e trabalhar, por exemplo vivências dos jovens, o instrumento de grupo focal seria pertinente, assim como agregar outros atores sociais diretamente envolvidos na problemática como os técnicos e familiares responsáveis.

Diante das conclusões aqui elencadas percebeu-se que muitos desafios ainda precisam ser alcançados na temática proteção aos jovens em conflito com a lei. No que concerne ao Sistema de Garantias de Direito - onde estão incluídos serviços e programas do poder executivo, a atuação do poder judiciário e mesmo de segurança pública como as delegacias que atuam diretamente com os jovens em conflito com a lei - ainda são necessários grandes esforços para aproximação daquilo que preconiza o ECA.

A atuação desse sistema, principalmente no município Abacaba, precisa urgentemente organizar seu banco de dados sobre esses jovens, disponibilizar maior número de profissionais, trabalhar de forma concatenada e em rede. Como percebido a escola pode desempenhar um papel central na proteção desses jovens, principalmente se se propor prevenir aspectos ligados à vulnerabilidade, sendo um espaço que promove o diálogo entre alunos, professores e comunidade e preocupa-se em se tornar um ambiente mais atrativo aos jovens. Ao se encontrar um sistema de garantias de direito e uma escola melhor preparados para lidar com as situações de violência, conflito com a lei e infração, as famílias estariam possivelmente melhor amparadas para lidar com as possíveis situações vulnerabilizantes de seus filhos.

Por fim, acredita-se que os conhecimentos aqui adquiridos possam servir de subsídio para uma maior compreensão do fenômeno, onde, além do enriquecimento teórico, possa viabilizar políticas públicas e ações práticas de suporte familiar, mais próximas de sua

realidade sócio-histórica, pois a despeito dos avanços adquiridos pelo ECA, a realidade vivida pelo seu público alvo ainda é muito distante da preconizada por este estatuto, e acreditamos que quanto mais este fenômeno da violência for desvelado e desmistificado, mais fácil de ser prevenido e enfrentado.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

AFFONSO, Claudinei. A liberdade assistida de adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa e seus fatores de proteção – Uma análise sob o olhar da psicologia sócio-histórica. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

Albergaria, J. (1991). Liberdade assistida. *Revista da Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul*, 7(4/5), p.9-20

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

ASSIS, Simone Gonçalves de; PESCE, Renata Pires; AVANCI, Joviana Quintes. *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAUER, Martin. W; GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria Graça M.; FURTADO Odair (Orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v. 11, n. 1, June 2007.

BOCK, Ana Mercês B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, Gonçalves MG, Furtado O, organizadores. *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. São Paulo: Cortez; 2001.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



BRASIL. *RESOLUÇÃO CFP Nº 016/2000 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2000*. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, 2009.

BRITO, Leila Maria Torraca de. *Liberdade Assistida no Horizonte da Doutrina de Proteção Integral*. 2007. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e Cidades Educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2003.

CASTRO, Ana Luiza S. *Adolescentes em conflito com a lei*. In: CONTINI, Maria de L. Jeffrey; KOLLER, Sílvia H (org.). *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Conselho Federal de Psicologia: Rio de Janeiro, 2002.

CAVALCANTE, *As medidas socioeducativas impostas ao adolescente infrator segundo o ECA: verso e anverso*. 2008. (Monografia) Graduação Direito, Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2008. Disponível em: <[http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=711](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=711)> Acesso em: 23 de janeiro de 2011.

CAVALCANTE, Patrícia Marques. *As medidas socioeducativas impostas ao adolescente infrator segundo o ECA: verso e anverso*. 2008. Disponível em: <[http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=711](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=711)> Acesso em: 17 set. 2009

CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Traduzido por Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. *Subvertendo o conceito de adolescência*. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, jun. 2005.

COSTA, Cláudia R. B. S. Fernandes da. *Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas*. 2007. 234p. Tese (Doutor em Ciências), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro 2007.

COSTA, Cláudia R. B. S. Fernandes da; OLIVEIRA, H. *Investigação Científica da Realidade das Medidas Sócio-educativas em meio fechado no Amazonas*. 2008. 136p. Relatório de Pesquisa. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Secretaria Estadual de Assistência Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

DAVIS C. Modelo da aprendizagem social. In: Rappaport CR, Fiori WR, Davis C. Teorias do desenvolvimento humano: conceitos fundamentais. São Paulo: EPU; 2003.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Traduzido por M. T. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves de. *O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias*. 2004. Artigo. Universidade do Contestado, Santa Catarina, 2004. Fundação Oswaldo Cruz, Manguinhos, RJ, 2004.

FERREIRA, Ana Lucia. *O atendimento a crianças vítimas de abuso sexual: avaliação de um serviço público*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2002.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. *Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa*. *Revista Paidéia, Ribeirão Preto* [online], v. 14, n. 28, 2004. Disponível em: <<http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/28/03.htm>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2011.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa*. São Paulo, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002)>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2011.

FURTADO, O. (Org). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONZALEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

\_\_\_\_\_, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. Traduzido por Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

\_\_\_\_\_, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa em psicologia. Caminhos e desafios*. Thompson Pioneira: São Paulo, 2002.

LEVISKY, David W. (Org.). *Adolescência e Violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando.* São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.); NETO, Suely Ferreira Deslandes; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NEGREIROS, J. *Delinquências Juvenis.* Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

OLIVA, Alberto. *Filosofia da ciência.* 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

OZELLA, Sérgio. *A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais.* São Paulo: Cortez, 2002.

PESCE, Rebata P.; ASSIS, Simone G.; SANTOS, Nilton; OLIVEIRA, Raquel de V. Carvalhaes. *Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência.* 2004. Artigo. Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Manguinhos, RJ, 2004.

PIAGET, J. *A Tomada de Consciência.* São Paulo: Melhoramentos, 1977.

PLAYFAIR, G. & Sington, D. *Prisão não cura, corrompe.* Traduzido por: A. Arruda. São Paulo: Ibrasa, 1969. (Trabalho original publicado em 1965).

ROCHA, M. Lopes. *Contexto do adolescente.* In: CONTINI, Maria de L. Jeffrey; KOLLER, Sílvia H. *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas.* Conselho Federal de Psicologia: Rio de Janeiro, 2002.

ROSA, Elisa Z. e ADRIANI, Ana G. *Psicologia Sócio-histórica: Uma Tentativa de Sistematização Metodológica e Epistemológica.* In: KAHHALE, Edna M. *A Diversidade da Psicologia: Uma Construção Teórica.* São Paulo: Cortez, 2002.

SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papirus, 2002.

VIEIRA FILHO, Nilson, TEIXEIRA, Valeria. *Observação clínica: estudo da implicação psicoafetiva Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 8, n. 1, p. 23-29, jan.-jun. 2003.

YUNES, M. A. & Szymanski, H. *Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas*. In Tavares, J. *Resiliência e educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. Lisboa: Edições 70, 1995.

## **ANEXOS**

## **Anexo 1- Roteiro de entrevista semi-estruturada**

### Histórico de vida (vulnerabilidade psicossocial)

- 1) Qual sua idade?
- 2) De onde você é? E sua família é de onde?
- 3) Fale um pouco como era sua vida antes da situação (problema) que envolveu você com a justiça.
- 4) Você estuda hoje em dia? Estava estudando antes do problema com a lei?
- 5) Fale um pouco da sua família. O que eles pensam sobre o que aconteceu (conflito com a lei) com você? Vocês conversam sobre isso? Quem é a pessoa com quem você mais conversa na sua família? Nesses últimos tempos houve alguma mudança na sua família?
- 6) Eu queria saber um pouco sobre as suas amizades. Pode falar um pouco sobre seus quem são seus amigos?

### Vulnerabilidade à infração

- 7) Na sua opinião por que alguns jovens fazem algo que acaba envolvendo eles com a polícia, com a justiça?
- 8) No seu caso o que você acha que aconteceu na sua vida que levou à situação que você viveu? O que mais pode ter contribuído na sua vida para o conflito?

### Proteção à infração

- 9) Você acha que existe alguma diferença na vida de um jovem que se envolve e aquele que não se envolve em problemas com a lei?
- 10) Alguma vez você já deixou de ter problemas com a justiça –algo impediu você - por alguma razão?
- 11) Conhece alguém que se envolveu em problemas com a justiça e depois saiu dessa situação? Como ele conseguiu?

### Proteção no contexto do Sistema de Garantias de Direito do município

- 12) Desde que você teve esses problemas onde você teve que ir, com quem você teve que falar, quantas vezes você teve que encontrar com “eles”?
- 13) Fale como é/ o que você faz para cumprir a medida socioeducativa (se estiver cumprindo alguma) aqui no município.
- 14/15) Você sente que alguma coisa mudou na sua vida aqui no município pelo que aconteceu na sua vida? Qual o significado dessa experiência para você?
- 16) Nesse tempo que você está com problemas com a justiça flito com a lei alguma situação ou experiência aqui em Irandubah/ MPU parece poder te ajudar a não se envolver mais em delitos?
- 17) o que poderia ser feito aqui no município para que jovens não tenham problemas com a lei e que tenham uma vida melhor?

## Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE1)



Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
 Faculdade de Psicologia - FAPSI  
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia- PPGPSI  
 Mestrado em Psicologia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE1)

Convidamos você para participar da pesquisa intitulada “Potencial protetivo segundo adolescentes cumpridores de medidas socioeducativas em meio aberto em dois municípios da região metropolitana de Manaus”, que será realizado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), autorizando seu filho/ filha a responder algumas perguntas para a pesquisadora Regina Schneider Maciel Fernandes Marinho. A pesquisa tem como principal objetivo compreender a proteção segundo a visão desses adolescentes que cumprem ou cumpriram medida socioeducativa de PSC (Prestação de Serviço à Comunidade) ou LA (Liberdade Assistida) nesse município. Além disso, também se quer identificar características dos adolescentes pesquisados, conhecer o modo como esses adolescentes percebem sua vulnerabilidade, perceber o que pode ser considerado eficaz contra o envolvimento em infrações, conhecer quais processos de proteção vinculados à execução/cumprimento da medida podem ser identificados como eficazes na desvinculação da prática infracional.

Serão utilizados para atingir esses objetivos acima a aplicação de um questionário e uma entrevista semi-estruturada individual. A entrevista será gravada e os questionários não precisam ser assinados. Deixamos claro que os dados serão totalmente confidenciais. Não será usado nome, datas e localizações serão omitidas, bem como detalhes cuja omissão não comprometa o objetivo deste estudo.

Você não terá nenhum gasto financeiro, bem como não haverá qualquer forma de pagamento pela participação na pesquisa.

Acreditamos não haver nenhum prejuízo à saúde física ou mental para os participantes da pesquisa, porém, caso seja necessário, está garantido encaminhamento para acompanhamento psicológico no município.

Você tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, bem como ter acesso aos resultados da mesma se for de sua vontade.

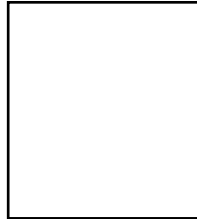
Enfatizamos que, com sua participação, você estará dando uma grande contribuição, pois acreditamos que com os conhecimentos adquiridos por esta pesquisa, você estará ajudando na compreensão deste tema, além de outros benefícios sociais e científicos. Desta forma, desde já agradecemos sua participação.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Regina pelo telefone (92) 91147712 ou pelo e-mail: [srmfernandes@hotmail.com](mailto:srmfernandes@hotmail.com), ou com a orientadora da pesquisa professora Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa pelo telefone (92) 3305 4550, com email: [clausamcosta@uol.com.br](mailto:clausamcosta@uol.com.br), com endereço na Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos 3000 Campus Universitário - Setor Sul, Bloco X, ou ainda pelo e-mail [propesp@ufam.edu.br](mailto:propesp@ufam.edu.br).

## Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, entendo a explicação. Por isso, eu concordo com a participação do meu filho/a adolescente pelo qual sou responsável, na pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Impressão Dactiloscópica



---

Assinatura do Responsável pelo/a  
adolescente

---

Regina S. M. F. Marinho  
Pesquisadora

---

Cláudia Regina B. S. F. da Costa  
Orientadora



### Anexo 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE1)



Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
 Faculdade de Psicologia - FAPSI  
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia- PPGPSI  
 Mestrado em Psicologia

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE2)

Convidamos você para participar da pesquisa intitulada “Potencial protetivo segundo adolescentes cumpridores de medidas socioeducativas em meio aberto em dois municípios da região metropolitana de Manaus”, que será realizado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), autorizando a pesquisadora Regina Schneider Maciel Fernandes Marinho a lhe fazer algumas perguntas. A pesquisa tem como principal *objetivo* compreender a proteção segundo a visão dos jovens que cumprem ou cumpriram medida socioeducativa de PSC (Prestação de Serviço à Comunidade) ou LA (Liberdade Assistida) nesse município. Além disso, também se quer identificar características dos adolescentes pesquisados, conhecer o modo como esses adolescentes percebem sua vulnerabilidade, perceber o que pode ser considerado eficaz contra o envolvimento em infrações e conhecer quais processos de proteção vinculados à execução/cumprimento da medida podem ser identificados como eficazes na desvinculação da prática infracional.

Serão utilizados para atingir esses objetivos acima a aplicação de um questionário e uma entrevista semi-estruturada individual. A entrevista será gravada e os questionários não precisam ser assinados. Deixamos claro que *os dados serão totalmente confidenciais*. Não será usado nome, datas e localizações serão omitidas, bem como detalhes cuja omissão não comprometa o objetivo deste estudo.

Você não terá nenhum gasto financeiro, bem como não haverá qualquer forma de pagamento pela participação na pesquisa.

Acreditamos não haver nenhum prejuízo à saúde física ou mental para os participantes da pesquisa, porém, caso seja necessário, está garantido encaminhamento para acompanhamento psicológico no município.

Você tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, bem como ter acesso aos resultados da mesma se for de sua vontade.

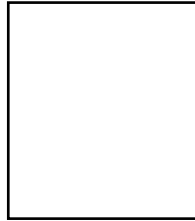
Enfatizamos que, com sua participação, você estará dando uma grande contribuição, pois acreditamos que com os conhecimentos adquiridos por esta pesquisa, você estará ajudando na compreensão deste tema, além de outros benefícios sociais para seu município e científicos. Desta forma, desde já agradecemos sua participação.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Regina pelo telefone (92) 91147712 ou pelo e-mail: [srmfernandes@hotmail.com](mailto:srmfernandes@hotmail.com), ou com a orientadora da pesquisa professora Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa pelo telefone (92) 3305 4550, com email: [clausamcosta@uol.com.br](mailto:clausamcosta@uol.com.br), com endereço na Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos 3000 Campus Universitário - Setor Sul, Bloco X, ou ainda pelo e-mail [propesp@ufam.edu.br](mailto:propesp@ufam.edu.br).

## Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, entendo a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Impressão Dactiloscópica



---

Assinatura do Participante

---

Regina S. M. F. Marinho  
Pesquisadora

---

Cláudia Regina B. S. F. da Costa  
Orientadora

**Anexo 4 - Termo de Anuência**

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

---

**TERMO DE ANUÊNCIA**

Informamos que temos conhecimento e autorizamos a execução da pesquisa intitulada “Potencial protetivo segundo adolescentes e jovens cumpridores de medidas socioeducativas em meio aberto em dois municípios da região metropolitana de Manaus”, a ser executada no município de Manacapuru pela psicóloga e pesquisadora Regina Schneider Maciel Fernandes Marinho, sob orientação da Professora Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa do Programa de Pós-graduação em Psicologia- PPGPSI da Faculdade de Psicologia-FAPSI da Universidade Federal do Amazonas- UFAM.

---

Juiz titular da 2º vara da comarca de  
Abacaba